UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE ARTES
MESTRADO PROFISSIONAL EM ARTES

WARLLISON DE SOUZA BARBOSA

PRÁTICAS CULTURAIS INDÍGENAS NA ESCOLA: DIÁLOGOS E APROXIMAÇÕES – UMA EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE PARQUE DAS TRIBOS EM MANAUS-AM

MANAUS-AM
2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE ARTES
MESTRADO PROFISSIONAL EM ARTES

WARLLISON DE SOUZA BARBOSA

PRÁTICAS CULTURAIS INDÍGENAS NA ESCOLA: DIÁLOGOS E APROXIMAÇÕES – UMA EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE PARQUE DAS TRIBOS EM MANAUS-AM.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora para obtenção de título de Mestre em Artes no Programa de Mestrado Profissional em Artes-ProfArtes, na IES-Associada – Universidade Federal do Amazonas, na linha: Processos de ensino aprendizagem e criação em artes, sob a orientação da Dra Rosemara Staub de Barros.

MANAUS-AM
2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B238p Barbosa, Warllison de Souza

Práticas culturais indígenas na escola: diálogos e aproximações – uma experiência na comunidade parque das tribos em Manaus-AM / Warllison de Souza Barbosa. - 2026.

73 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Rosemara Staub de Barros.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação Profissional em Artes, Manaus, 2026.

1. Cultura indígena. 2. Ensino fundamental. 3. Ensino de artes. 4. Etnografia. 5. Parque das Tribos. I. Barros, Rosemara Staub de. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação Profissional em Artes. III. Título

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE ARTES
MESTRADO PROFISSIONAL EM ARTES

WARLLISON DE SOUZA BARBOSA

PRÁTICAS CULTURAIS INDÍGENAS NA ESCOLA: DIÁLOGOS E APROXIMAÇÕES – UMA EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE PARQUE DAS TRIBOS EM MANAUS-AM.

APROVADO em 30/03/2026

Banca Examinadora

Rosemara Staub de Barros – presidente e orientadora

Yara dos Santos Costa Passos – Membro

Thiago Rocha de Queiroz - Membro

Eneila Almeida - Suplente

Evandro Morais Ramos - Suplente

MANAUS-AM
2026

Esse trabalho de pesquisa é dedicado ao meu filho Arthur. Meu amor. Minha maior herança. Ele sem dúvida é o maior legado pelo qual tenho trabalhado durante os últimos 10 anos da minha vida.

Todo meu esforço profissional, acadêmico e pessoal tem se direcionado para tornar o mundo que ele vai viver no futuro um lugar melhor.

Onde as pessoas conversam antes de brigar. Onde as pessoas escutam antes de julgar.

Que a sua geração seja melhor que a nossa, meu filho. Assim como a minha geração foi melhor que a geração dos meus pais.

Que você lembre, através dessa pesquisa, que o seu pai se dedicou a tornar o mundo um lugar onde você possa viver melhor.

Com pessoas melhores.

Amo você!

Com amor, seu pai.

AGRADECIMENTOS

Nunca me deixes esquecer,
Que tudo que tenho, tudo que sou,
E o que vier a ser, vem de Ti, Senhor.
(Ana Paula Valadão)

Agradeço ao criador da vida por me permitir existir nesse momento do mundo e por ter me permitido chegar até aqui. Foi um longo caminho.
Agradeço ao meu filho, Arthur, por ser minha maior motivação e inspiração para não desistir. A ele dedico esse trabalho.

A Mari, minha companheira de vida, que está sempre ao meu lado. Meu amor, meu suporte, e a melhor escolha que eu poderia ter feito na vida. Amo você!
A minha família que além de ser a base de tudo que sou, tornou possível minha existência e caminhada até aqui. Mãe e Felipe sempre vão ter o melhor lugar no meu coração. Sempre levo vocês comigo.

A toda equipe de professores do PROFARTES, em especial a minha orientadora e amiga Rosemara Staub por toda dedicação e paciência que teve comigo (eu sei que não sou muito fácil). Enfim, realizei meu sonho de fazer uma pesquisa acadêmica orientada por ela!

A Escola Santa Rosa II, por involuntariamente, por ter sido o meu laboratório de pesquisa nos últimos 3 anos. Prof. Maurício, Prof. Lucimeire e todos os profissionais da Escola que contribuíram direta ou indiretamente para a realização dessa pesquisa. Agradeço em especial aos meus alunos que foram a maior prioridade dessa pesquisa, e se tornaram parte da minha vida nos últimos anos.

A todos que torceram por mim e por esse trabalho, meus sinceros agradecimentos. Espero que a pesquisa chegue até você. Espero que você leia. Espero que essa leitura melhore sua vida.

RESUMO

Esta pesquisa objetivou compreender e valorizar as práticas artísticas e culturais das etnias indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos em Manaus-AM, por meio da escuta ativa de estudantes e familiares pertencentes a esses grupos. Desenvolvemos atividades pedagógicas que favoreceram a vivência de saberes tradicionais indígenas, dentre elas, as línguas nativas, artefatos, culinária, pinturas corporais, danças, música e narrativas orais no ambiente escolar. Diante da limitação do professor pesquisador em conhecimentos sobre o campo de pesquisa e sobre a temática indígena, esta pesquisa buscou ampliar a formação do professor pesquisador no que tange às culturas de povos originários, reconhecendo suas limitações e buscando a construção de um ensino pautado no diálogo, na escuta e no respeito à alteridade.

Palavras-chave: Cultura indígena; Ensino fundamental; Ensino de artes; Pesquisa-ação; Parque das Tribos em Manaus/AM.

ABSTRACT

This research aimed to understand and value the artistic and cultural practices of the indigenous ethnic groups present in the Parque das Tribos community in Manaus-AM, through active listening to students and family members belonging to these groups. We developed pedagogical activities that fostered the experience of traditional indigenous knowledge, including native languages, artifacts, cuisine, body painting, dances, music, and oral narratives in the school environment. Given the limitations of the teacher-researcher's knowledge of the research field and the indigenous theme, this research sought to broaden the teacher-researcher's training regarding the cultures of native peoples, recognizing their limitations and seeking to build an education based on dialogue, listening, and respect for otherness.

Keywords: Indigenous culture; Elementary education; Arts education; Action research; Tribes Park in Manaus/AM.

.

QUADRO DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1: Vista frontal da Escola Santa Rosa II …… 18
Gráfico 1: Distribuição de etnias indígenas no 5° ano A 34
Figura 2: Apresentação do 5° ano A em sala de aula 35
Tabela 1: Palavras estudadas em Sateré-Maué 36
Figura 3: Apresentação do 5° ano A na feira de ciências 37
Gráfico 2: Distribuição de etnias indígenas no 9° ano A 41
Gráfico 3: Distribuição de etnias indígenas no 7° ano B 49
Figura 4: Roda de conversa na turma do 7° ano B 51
Figura 5: Socialização de Práticas Culturais com a banda Selva Madre 53
Figura 6: Alunos da turma 7° ano B na Socialização de Práticas Culturais 54
Figura 7: Alunos se apresentando durante a Socialização de Práticas 55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10
1. AS BASES DA JORNADA 15
2. METODOLOGIA 24
3. DESCOBRINDO AS IDENTIDADES ÉTNICAS NA ESCOLA MUNICIPAL SANTA ROSA II, PARQUE DAS TRIBOS, MANAUS/AM.....3**1**
CONSIDERAÇÕES FINAIS 60
REFERÊNCIAS 70
ANEXOS……... 74

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos os resultados da pesquisa realizada entre os anos 2024 a 2026, durante o curso Mestrado Profissional em Artes (ProfArtes), na Universidade Federal do Amazonas, instituição associada à rede nacional do ProfArtes. Pertence a linha de pesquisa: "Processos de ensino aprendizagem e criação em artes", tendo como orientadora, a professora Dra. Rosemara Staub de Barros. É direcionado ao contexto do ensino básico para estudantes da Escola Municipal Santa Rosa II, localizada na Comunidade Parque das Tribos, em Manaus-Amazonas.

Localizada no Parque das Tribos, a Escola Municipal Santa Rosa II é um centro de ensino regular que atende crianças do ensino básico, da 1° à 9° série, com uma grande quantidade de alunos pertencentes a etnias indígenas e não indígenas, divididos entre imigrantes venezuelanos e nativos manauaras.

De acordo com o levantamento de Mustafa (2018), a comunidade Parque das Tribos está localizada no bairro Tarumã, área urbana de Manaus. É composta por aproximadamente, 438 famílias distribuídas entre 34 etnias diferentes, sendo 14 línguas faladas entre os indígenas.

Em decorrência das rotinas institucionais e dos processos hegemônicos que orientam a dinâmica da escola, percebemos o enfraquecimento da pluralidade idiomática e cultura no cotidiano escolar. A língua portuguesa é privilegiada em detrimento da língua identitária das crianças indígenas, o que evidencia a indução à conformidade e com padrões de comportamento e referências culturais de matriz eurocêntrica.

A escola também atende crianças não indígenas, que convivem em um espaço marcado pela presença de diversas etnias e por sua significativa riqueza cultural. No entanto, esse convívio não se traduz, necessariamente, em uma vivência intercultural efetiva, uma vez que as relações estabelecidas no cotidiano escolar ainda são atravessadas por assimetrias de poder e pela hegemonia da cultura dominante. Embora haja acesso à diversidade cultural indígena, esta tende a ser secundarizada ou tratada de forma superficial.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a promoção de um diálogo intercultural crítico, que possibilite um ensino comprometido com a valorização dos

aspectos históricos, culturais e étnicos de todos os sujeitos envolvidos. Observamos, ainda, que os estudantes indígenas são frequentemente tensionados a se adequar às práticas culturais urbanas hegemônicas, enquanto os não indígenas têm contato com as culturas originárias de maneira limitada, o que evidencia a necessidade de ressignificar essas relações em direção a uma educação mais equitativa e intercultural. Tanto as crianças não indígenas quanto o professor de artes/pesquisador desta pesquisa, necessitam aprender e vivenciar a cultura de nossos ancestrais.

Peço licença à academia científica e ao leitor desta dissertação, escrever os próximos parágrafos, em primeira pessoa, para fazer referência à minha trajetória. Criado na zona urbana, recebi uma educação escolar superficial a respeito da cultura dos povos originários. Durante a graduação da licenciatura em Música, tive a oportunidade de me aprofundar na cultura dos povos originários, entretanto, não foi o suficiente para trabalhar na escola indígena.

A Escola Municipal Santa Rosa II, no Parque das Tribos em Manaus/AM, local onde atuo como professor de Artes e pesquisador, me oportunizou uma experiência muito intensa e desafiadora. Me debrucei integralmente para conhecer as práticas culturais dos povos originários dos estudantes. O resultado obtido, é que estudantes e o professor necessitam aprender uns com os outros para fortalecer as diferentes identidades étnicas.

Todos os meus conceitos sobre música e sobre como ensinar música começaram a ser repensados. E ainda estão sendo reconstruídos. Percebi que práticas artísticas dos povos originários mostravam que nossas linguagens artísticas não são tudo que existe. As práticas musicais indígenas existem fora de nossos critérios e regras de organização dos sons e silêncios. A experiência artística de nossos ancestrais não está apenas para apreciação estética, mas para ser vivida. Existe um universo novo para conhecer. Uma cultura diferente para se conectar. No nosso caso, como descendentes de indígenas, é uma cultura diferente para se reconectar.

Candau (2016) defende que práticas pedagógicas reconheçam os sujeitos indígenas como produtores de conhecimento. A educação musical indígena urbana, nesse sentido, não se limita à inserção pontual de repertórios indígenas, mas implica a valorização das formas próprias de aprender, ensinar e vivenciar a música. Barbosa e Aguiar (2020) reforçam que a simples transposição de conteúdos musicais

indígenas para o currículo escolar, sem considerar seus contextos culturais, resulta em processos de esvaziamento simbólico.

Esta pesquisa buscou se aproximar das culturas dos povos indígenas residentes no Parque das Tribos em Manaus-AM, criando diálogos entre culturas distintas. No caso específico da cultura indígena, podemos aprender sobre uma cultura ancestral que tem sido esquecida ou ignorada pelos manauaras. A pesquisa abriu portas para se romper com muitos preconceitos e paradigmas a respeito da cultura indígena, colocando frente a frente com a cultura dos alunos urbanos de forma equivalente para a construção de uma forma de aprendizado que valoriza e respeita os elementos culturais de qualquer origem.

O ensino de Arte, particularmente o ensino de Música, na educação básica brasileira tem sido atravessado por debates que envolvem diversidade cultural, reconhecimento de saberes tradicionais e enfrentamento das desigualdades históricas produzidas pelo currículo escolar. No contexto da educação indígena urbana, como no bairro Parque das Tribos, em Manaus, tais debates assumem centralidade, uma vez que a escola se constitui como espaço de negociação entre diferentes sistemas culturais, linguísticos e epistemológicos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a Arte como componente curricular obrigatório e afirma que o ensino artístico deve possibilitar aos estudantes “vivenciar, compreender e valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais” (BRASIL, 2018, p. 193). No campo da música, a BNCC enfatiza a escuta, a criação, a performance e a contextualização das práticas musicais, destacando a necessidade de diálogo com os repertórios culturais dos estudantes e de suas comunidades. Tal orientação normativa abre espaço para abordagens pedagógicas que integrem práticas culturais indígenas ao currículo escolar, especialmente em contextos urbanos marcados pela diversidade étnica.

Ao buscar compreender práticas culturais indígenas, especialmente em contextos escolares ou comunitários, entende-se que o pesquisador branco deve adotar uma postura interpretativa, dialógica e respeitosa. Conforme Geertz (1989), compreender uma cultura não significa traduzi-la para os próprios termos ocidentais, mas sim “descobrir o que é que os nativos acham que estão fazendo e por quê, dentro do seu próprio sistema de símbolos” (Geertz, 1989, p. 14). Trata-se de interpretar significados, e não apenas descrever comportamentos.

A compreensão da arte como prática cultural amplia as possibilidades pedagógicas no ensino de arte, permitindo que os estudantes reconheçam suas próprias experiências culturais como parte do processo educativo. Nesse sentido, a escola pode se tornar um espaço de valorização das expressões artísticas indígenas, contribuindo para a preservação de conhecimentos tradicionais e para a construção de uma educação intercultural comprometida com o respeito à diversidade cultural.

As práticas culturais indígenas desenvolvidas no ambiente escolar podem ser compreendidas como estratégias pedagógicas que articulam arte, cultura e educação. Ao reconhecer as expressões artísticas indígenas como formas de conhecimento, o ensino de arte contribui para fortalecer identidades culturais, promover o diálogo intercultural e ampliar as possibilidades de aprendizagem no contexto da educação escolar indígena.

Para Candau (2002), a escola é um espaço privilegiado de produção, negociação e, muitas vezes, de silenciamento das identidades culturais. Historicamente, os sistemas educacionais brasileiros foram estruturados a partir de uma matriz monocultural e eurocêntrica, que invisibilizou saberes, línguas e práticas culturais de povos indígenas e outros grupos subalternizados. No contexto urbano, a dinâmica tende a se intensificar, uma vez que a presença indígena na cidade, frequentemente é percebida como deslocada ou desvinculada de suas identidades originárias.

Essa realidade pode ser observada no Parque das Tribos, território indígena urbano situado em Manaus, que abriga diferentes etnias, como Sateré-Mawé, Tikuna, Tukano, entre outras. Nesse espaço, as identidades indígenas são constantemente (re)construídas na articulação entre tradições culturais, experiências urbanas e práticas escolares do ensino regular. Compreender a identidade cultural como processo relacional, permite reconhecer que ser indígena na cidade não significa perda identitária, mas a produção de novas formas de pertencimento e resistência cultural.

Dessa forma, a articulação entre práticas culturais, ensino de música e educação indígena urbana, como foco da pesquisa, contribui para a construção de um currículo musical intercultural. No contexto multicultural do Parque das Tribos, tal perspectiva visa fortalecer o papel da escola como espaço de reconhecimento cultural,

diálogo de saberes e valorização das identidades indígenas, em consonância com os princípios da BNCC e com os desafios contemporâneos da educação brasileira.

No capítulo um – As Bases da Jornada construímos um panorama geral teórico sobre a realidade da educação indígena no Brasil, dialogando diretamente com a situação atual da Comunidade Parque das Tribos, em que se busca estabelecer as diretrizes na BNCC, sobre a modalidade de ensino.

A metodologia da pesquisa-ação (Thiollent, 1986) é a base do capítulo dois – Metodologia, no qual planejamos o percurso da pesquisa realizada nos anos de 2024 a 2026, na Escola Municipal Santa Rosa II, Parque das Tribos em Manaus/Amazonas.

As vivências e experiências do professor / pesquisador, alunos da Escola e comunidade estão analisadas no capítulo três desta dissertação, trazendo reflexões a respeito da jornada do professor de arte/pesquisador em uma escola multiétnica.

Para concluir esse trabalho, que é apenas um lampejo da necessidade em continuar a experienciar em nossas práticas cotidianas do arte educador, em escolas multiétnicas, constatamos a necessidade do entrelaçamento do ambiente escolar e os variados grupos étnicos da comunidade, bem como a inclusão dos estudos e práticas educacionais multiétnicas nos projetos pedagógicos de formação dos cursos em licenciatura da área de Artes no Amazonas.

1 AS BASES DA JORNADA

1.1. Povos indígenas na escola

A educação escolar indígena no Brasil construiu-se historicamente a partir de processos marcados pela colonização, pela imposição cultural e pela negação sistemática dos saberes e modos de vida dos povos originários. Meireles (2020), analisa a escolarização indígena, desde o período colonial. Vinculada a projetos assimilacionistas que buscavam integrar os povos indígenas à sociedade nacional, desconsiderando suas línguas, cosmologias e formas próprias de organização social. A escola, nesse contexto, operou como instrumento de controle cultural, orientada por modelos pedagógicos eurocêntricos e homogeneizantes.

Com o avanço das lutas indígenas e das discussões no campo dos direitos humanos, especialmente a partir da segunda metade do século XX, esse modelo passou a ser tensionado. A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo marco jurídico ao reconhecer os povos indígenas como sujeitos de direitos, assegurando o respeito às suas línguas, culturas e processos próprios de aprendizagem. No campo educacional, esse reconhecimento se desdobra em políticas públicas que passam a defender uma educação escolar indígena específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, conforme destaca Meireles (2020).

Entretanto, quando se observa a realidade da educação indígena em contextos urbanos, como o Parque das Tribos, em Manaus, emergem desafios que tensionam os limites dessas políticas. Embora os marcos legais avancem no reconhecimento da diversidade cultural indígena, eles foram historicamente pensados a partir de uma concepção territorializada de aldeia, muitas vezes desvinculada das dinâmicas urbanas contemporâneas. Assim, povos indígenas que vivem em cidades enfrentam dificuldades adicionais para ver seus direitos educacionais efetivos, sobretudo no que se refere ao reconhecimento de suas identidades, línguas e práticas culturais no espaço escolar.

De acordo com RELATÓRIO SOCIAL – PARQUE DAS TRIBOS escrito por Paulino (2017, p.01) descreve as origens e um pouco da trajetória da comunidade. O Parque das Tribos é uma área do bairro Tarumã, dentro da cidade de Manaus, sendo ocupada em 18 de abril 2014 por indígenas, com o objetivo de “fundar o primeiro bairro procedente de Indígenas e para pessoas de minorias étnicas, em especial os indígena sem teto ou sem moradias fixas em Manaus.”.

Os indígenas que residem no Parque das Tribos são oriundos de diversos municípios do Amazonas, da região do Alto, Médio e Baixo Solimões, como Benjamin Constant, Tabatinga e Santo Antônio de Içá. Dos municípios do Baixo Solimões são Manacapuru e Iranduba. Já do Alto Rio Negro temos São Gabriel de Cachoeira, Santa Isabel, Barcelos, Autazes e Manaus. (Paulino 2017, p. 06)

Em 2017, o Parque das Tribos começou a se organizar socialmente para reivindicar seus direitos como povo perante as leis vigentes, avaliando ações de articulação e a integração com os setores governamentais e não governamentais que possuam influência com os poderes públicos para ações de reconhecimentos dos direitos sociais aos indígenas do Parque das Tribos. (Paulino 2017, p. 03)

Nesse ano de organização social, foram registradas 34 etnias diferentes que habitam o Parque das Tribos, com quatorze (14) línguas faladas, distribuídas entre 732 famílias, com um total estimado de 3.660 pessoas residindo na comunidade. (Paulino 2017, p. 03)

Segundo Paulino (2017), os principais objetivos das reivindicações dos grupos indígenas se baseiam na auto afirmação étnica em meio às mudanças sociais, ambientais, culturais, religiosas e econômicas da sociedade em que vivem, que segundo a visão dos líderes das etnias, “não se preocupa com o bem estar humano na mesma medida em que valoriza as transformações provocadas pelas suas ações excluindo uma grande parcela da população indígena à pobreza, ao descaso, à miséria, a fome e ao abandono social e familiar.” (Paulino 2017, p. 04).

Essa jornada em busca dos seu espaço e de seus direitos enfrentou diversos entraves políticos e sociais ao longo do tempo. Os indígenas do Parque das Tribos buscaram se adaptar ao modo de vida urbano, mas tentando preservar seu espaço físico e social. Criaram centros comunitários como a “Maloca” que é bem popular entre os moradores da comunidade, onde funciona um centro de ensino de educação indígena para as crianças.

Além da precariedade das condições de vida na comunidade, um dos maiores desafios enfrentados pelas etnias indígenas é o preconceito, que inferioriza e exclui as pessoas que têm orgulho de ser indígena. Segundo Lizardo (2021, p.05) “grande parte da sociedade envolvidos em uma ignorância, acaba vendo o indígena de uma forma negativista, sendo considerado um problema.” Por ignorância, grande parte das pessoas tendem a não se importar, excluir ou até mesmo vilanizar o indígena,

colocando este como “falso” por tentar utilizar os mesmos recursos da vida dos brancos e não serem mais isolados ou primitivos.

Lizardo (2021) informa que “em 2019 o Parque das Tribos foi reconhecido como um bairro indígena pela prefeitura de Manaus,” (p. 07) e ganhou destaque nos comerciais de TV. Isso trouxe algumas melhorias nas questões de infraestrutura e saneamento básico. A Escola Santa Rosa II veio mais tarde, sendo inaugurada em 2022, e a Unidade Básica de Saúde da Família em 2024.

A Escola Municipal Santa Rosa II, localizada no Parque das Tribos, bairro Tarumã, teve sua inauguração oficial em fevereiro de 2022, com inicio do funcionamento para aulas presenciais, a partir do início de março do mesmo ano. A escola atende alunos da comunidade indígena e não indígena presente no Parque das Tribos e no seu entorno, com capacidade para 1.400 estudantes divididos entre as modalidades de educação infantil (primeiro e segundo períodos) ensino fundamental (anos iniciais e finais). O prédio conta com 24 salas de aula, refeitório, cozinha, banheiros, salas administrativas e quadra de esportes. A unidade também está equipada com um Centro de Tecnologias Educacionais (CTE), com computadores, tablets, projetores, televisores, e outros dispositivos eletrônicos para atividades variadas dos alunos e dos professores.

Mesmo com as melhorias e reconhecimento da prefeitura, ainda é possível verificar as mesmas dificuldades encontradas desde sempre, como por exemplo, afirmar sua identidade como indígena. Pereira (s.d.) afirma que em Manaus “os mais jovens passam por situações de constrangimento diante da população não-indígena e os estigmas lançados os fazem negar a sua origem étnica.” (p. 14) Isso é uma realidade comum na sociedade e principalmente em escolas, local com muitas crianças e adolescentes dividindo o mesmo espaço.

Figura 1: Vista frontal da Escola Santa Rosa II



Fonte: Autor

Percebe-se que a simples institucionalização da educação escolar indígena não garante, por si só, uma educação comprometida com a autonomia cultural. Em contextos urbanos, a limitação torna-se ainda mais evidente, uma vez que as escolas frequentadas por estudantes indígenas — ou escolas localizadas em territórios indígenas urbanos nesse caso — tendem a reproduzir currículos padronizados, pouco sensíveis às especificidades socioculturais desses povos. No caso do Parque das Tribos, observamos no cotidiano que a presença indígena no espaço urbano não implica abandono de identidades, línguas e saberes tradicionais, mas sim a reelaboração desses elementos em novas territorialidades.

Entretanto, se vê que o fato de negar a própria origem étnica tem sido uma dessas ações de reelaboração dos elementos culturais de algumas etnias, e isso preocupa os indígenas mais tradicionais. Pereira (s.d.) retrata uma situação onde as crianças que são submetidas a língua portuguesa se adaptam porque “na escola é mais fácil falar em português. Daí advém a preocupação dos mais velhos com a ‘morte’ da língua na cidade.” (p. 16). Isso tem sido uma realidade cada vez mais

comum na escola Santa Rosa II, e a cada dia que passa, os alunos se afastam cada vez mais da própria língua para aprender o que ensinam na escola.

Daniel Munduruku problematiza a ideia de que a identidade indígena esteja condicionada exclusivamente ao território aldeado. Para o autor, o indígena urbano não deixa de sê-lo por viver na cidade; ao contrário, ele reelabora suas identidades e saberes em diálogo com novas territorialidades. Munduruku (2017) afirma que “a cidade é território indígena, ainda que marcada por disputas, invisibilização e resistências”. Tal compreensão rompe com visões essencialistas e contribui para reconhecer a legitimidade das experiências indígenas no espaço urbano.

Em alguns casos, alunos indígenas são considerados problemáticos devido à dificuldade que têm para se adaptar à língua portuguesa e aos costumes brancos. Em algumas reuniões de professores da Escola Santa Rosa II foi possível perceber uma grande dificuldade em “avaliar” um aluno indígena que não fala nem escreve em português. Em algumas situações até para descobrir que se tratava de um aluno indígena foi difícil. Devido ao silêncio do aluno ou a sua incapacidade de se comunicar, ele era visto como aluno especial, ou com dificuldades e transtornos de aprendizado até os pais comparecerem nas reuniões escolares e explicar a situação.

Nesse sentido, a escola urbana que atende populações indígenas precisa ser compreendida como um espaço de negociação intercultural, no qual se articulam saberes tradicionais e conhecimentos escolares formais. Meireles (2020) aponta que um dos principais desafios da educação escolar indígena reside na construção de práticas pedagógicas que não se limitem à adaptação superficial de conteúdos, mas que reconheçam os povos indígenas como sujeitos históricos e políticos. Essa perspectiva é fundamental para compreender experiências educativas em territórios indígenas urbanos, onde a escola pode tanto reforçar processos de invisibilização quanto se tornar um espaço de fortalecimento identitário.

A problemática torna-se ainda mais evidente quando analisada à luz da interculturalidade crítica, conforme desenvolvida por Vera Maria Candau (2008). Para a autora, a interculturalidade não pode ser reduzida a ações pontuais ou celebrativas da diversidade, pois isso tende a ocultar as relações de poder que historicamente produziram desigualdades culturais e epistemológicas. Candau (2008) afirma que uma perspectiva intercultural crítica implica questionar as hierarquizações culturais e epistemológicas presentes no currículo e nas práticas pedagógicas, exigindo

transformações estruturais na escola. Assim, no campo da educação indígena, a abordagem contribui para desnaturalizar práticas que mantêm os saberes indígenas em posições subalternizadas.

Vemos que a autonomia cultural, elemento central nas discussões sobre educação escolar indígena, adquire contornos específicos nos contextos urbanos. Conforme sugere Meireles (2020), garantir autonomia implica assegurar a participação efetiva das comunidades indígenas na definição dos projetos pedagógicos, do currículo e das práticas escolares. Em territórios como o Parque das Tribos, a autonomia se expressa na valorização das línguas originárias, das práticas culturais e das narrativas históricas dos diferentes povos que ali existem, rompendo com a lógica que associa a identidade indígena exclusivamente ao espaço rural ou aldeado.

Dentre as muitas etnias que habitam o Parque das Tribos, destacamos a etnia Sateré-mawé devido aos resultados da pesquisa. Segundo Botelho (2011), os Sateré-mawé fazem parte da cultura Tapajós-Madeira, rios situados entre os estados do Amazonas e do Pará, e integram a família linguística tupi-guarani. (p. 724) De acordo com as pesquisas de Teixeira (2019, p. 78) em Manaus vive uma expressiva quantidade de Sateré-Mawé, composta por migrantes, seus filhos e netos. A chegada dos primeiros migrantes à cidade deu-se, provavelmente, à implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967. Sendo uma etnia presente no Parque das Tribos, destacamos que os Sateré-Mawé possuem tradições que resistem no meio dos brancos. Para Botelho (2011, p.726) “os Sateré-mawé conseguiram sobreviver melhor ao processo colonial, conservando inclusive a sua língua.” A lenda do guaraná e o ritual da Tucandeira são elementos bem conhecidos pelos não indígenas e isso torna os Sateré-Mawé relativamente populares entre as etnias indígenas em geral.

Outro elemento dessa etnia que aparece de forma comum em Manaus é a língua Sateré-Mawé. Temos o exemplo da palavra *Waku sese* que se popularizou em Manaus por ser o nome de uma franquia de lojas que vendem açaí tipo frozen. Palavra de origem Sateré-Mawé e significa “obrigado” em português.

Ao relacionar o histórico e o contexto institucional da educação escolar indígena no Brasil, com a realidade da educação indígena urbana, evidencia-se a necessidade de ampliar as políticas públicas educacionais para contemplar as múltiplas formas de existência indígena na contemporaneidade. Como problematiza Meireles (2020), a

consolidação de uma educação escolar indígena intercultural e autônoma exige não apenas marcos legais, mas sim práticas pedagógicas contextualizadas e o reconhecimento das territorialidades indígenas urbanas como espaços legítimos de produção de saberes, identidades e resistências.

Dessa forma, a educação escolar indígena em contextos urbanos configura-se como um campo de disputas simbólicas e epistemológicas, no qual se confrontam modelos hegemônicos de conhecimento e propostas educativas comprometidas com a justiça cognitiva. A consolidação de práticas pedagógicas interculturais, críticas e plurais representa um passo fundamental para superar heranças coloniais ainda presentes na escola e para afirmar os povos indígenas como sujeitos de conhecimento, história e cultura na contemporaneidade.

1. 2. BNCC e a educação para indígenas

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um marco normativo para a educação básica brasileira, estabelecendo competências, habilidades e aprendizagens essenciais a serem asseguradas em todos os níveis de ensino. Entre seus princípios constam a valorização da diversidade cultural e o respeito às especificidades dos povos indígenas, com abertura para adaptações curriculares que considerem contextos socioculturais particulares (BRASIL, 2018).

A BNCC estipula como competência específica de arte para o ensino fundamental explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras (BRASIL, 2018). O parágrafo 2º do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação reforça que o conteúdo programático de história e cultura afro-brasileira e indígena deve abordar “o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.” (LDB, 2007 p 20). A BNCC prevê que os sistemas de ensino e as escolas possam construir propostas pedagógicas contextualizadas a contextos locais e culturais distintos, incluindo assentamentos urbanos indígenas.

Barbosa e Aguiar (2016) propõem um diálogo entre culturas onde estes acreditam que, depois de imergir nas práticas culturais indígenas, seria possível adotar métodos e estratégias diferentes para o ensino de música, baseado em práticas culturais dos nossos povos originários, visto que tais práticas possuem

características que se aproximam dos métodos ativos, especialmente no que se refere à experiência corporal, à oralidade e à aprendizagem coletiva.

A valorização das práticas culturais indígenas emerge nesse campo da educação musical como uma necessidade frente aos processos históricos de invisibilização desses saberes. Conforme discutido por Barbosa e Aguiar (2016), a música indígena constitui-se como um importante meio de produção de conhecimento, uma vez que “a música indígena se faz uma ferramenta de grande valor para a produção de conhecimento” (Barbosa; Aguiar, 2016, p 131).

Historicamente, as práticas culturais e musicais indígenas foram marginalizadas no contexto da formação cultural brasileira. O processo de colonização implicou diretamente na supressão dessas expressões, visto que “a música indígena passou a ser suprimida, tornando a música europeia a maior referência para a música nacional brasileira” (Barbosa; Aguiar, 2016, p 132) . Esse movimento evidencia relações de poder e hegemonia cultural que contribuíram para o apagamento de saberes tradicionais.

Com base nas diretrizes BNCC e nas observações pontuadas, se faz necessário pensar na possibilidade de aproximar a cultura indígena das escolas para conhecimento do indígena como personagem importante de nossa história e consequentemente para conhecimento de sua cultura. Neste caso em específico da escola Santa Rosa II, o indígena está presente fisicamente, mas ainda há a necessidade de este ser incluído e respeitado por seus elementos culturais.

Percebe-se que a intenção normativa enfrenta desafios concretos quando implementada em escolas que atendem indígenas em contexto urbano, incluindo lugares como a comunidade Parque das Tribos, que abriga indígenas de aproximadamente 34 etnias matriculados em escolas públicas urbanas. Nesse espaço, a escola muitas vezes reproduz representações estereotipadas dos povos originários ou fragmenta conteúdos sobre cultura indígena, sem estabelecer diálogos efetivos com saberes comunitários e experiências vividas por crianças e adolescentes indígenas urbanos. Para Freire (2024), a escola pública de Manaus trata seus alunos indígenas de forma que reproduz “imagens padronizadas” do indígena, negligenciando sua diversidade e as especificidades de trajetórias escolares interculturais.

Nesse ambiente multicultural, Candau e Moreira (2003) propõe uma análise crítica que distingue diferentes abordagens do multiculturalismo que existe na escola. Segundo a autora, o multiculturalismo pode assumir uma perspectiva assimilacionista, que reconhece a diversidade apenas formalmente, mantendo a hegemonia da cultura dominante; uma perspectiva diferencialista, que tende a cristalizar as diferenças culturais; ou pode ainda assumir uma perspectiva interativa e crítica, que articula o reconhecimento da diversidade com a problematização das desigualdades sociais e culturais.

Essa última abordagem se mostra mais adequada ao campo da educação indígena urbana, pois a perspectiva interativa e crítica reconhece que a simples presença de diferentes culturas no espaço escolar não garante práticas pedagógicas inclusivas. No caso do Parque das Tribos, a escola regular, quando orientada por uma lógica multicultural meramente celebratória, corre o risco de reduzir as culturas indígenas a eventos pontuais ou conteúdos folclorizados, desconsiderando seus sistemas próprios de conhecimento, suas línguas e suas epistemologias.

A BNCC apresenta avanços normativos ao reconhecer a diversidade cultural como princípio estruturante da educação básica. A BNCC explicita, entre suas competências gerais, a valorização da diversidade cultural e o respeito às diferentes identidades, destacando a necessidade de promover uma educação comprometida com os direitos humanos e com a pluralidade étnico-cultural da sociedade brasileira. Além disso, o documento reconhece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, conforme a Lei nº 11.645/2008.

Entretanto, é possível afirmar que a BNCC não garante uma prática pedagógica intercultural. A efetivação desses princípios depende de como o currículo é apropriado pelas escolas e de como dialogar com os contextos socioculturais específicos. Em territórios indígenas urbanos, como o Parque das Tribos, torna-se imprescindível que a BNCC seja reinterpretada a partir das realidades locais, evitando leituras homogeneizadoras que desconsiderem a especificidade dos povos indígenas em contexto urbano.

A BNCC enfrenta dificuldades amplas de implementação nesse contexto: a organização curricular por competências e habilidades, embora moderna em muitos aspectos, tende a homogeneizar processos educativos, dificultando que práticas de transmissão de saberes indígenas — como oralidade, relações com o território e

interações comunitárias — sejam incorporadas de maneira genuína nas práticas escolares. Nos anos iniciais, a concepção universalizada da infância oferecida pela Base pode invisibilizar modos tradicionais de conhecer e aprender próprios das infâncias de etnias indígenas, cujas experiências são frequentemente desconsideradas no currículo formal (BRASIL, 2018; Santos, 2010). Em níveis subsequentes, no Ensino Fundamental e Médio, a fragmentação temática sobre povos indígenas e a ênfase em avaliações padronizadas tendem a aprofundar a distância entre currículo oficial e demandas interculturais reais.

Concordamos com Mattar (2021) quando esta afirma que os caminhos para superar as adversidades estão no fortalecimento dos mecanismos dos próprios indígenas e na construção de relações de aliança e intercâmbio entre indígenas e setores da sociedade civil e do Estado. (p. 170) Neste sentido foram criadas estratégias nesta pesquisa que se dedicam em conhecer a realidade da comunidade indígena e seus mecanismos para estabelecer uma aliança mais direta entre escola e etnias. Através disso, almeja-se construir uma relação em que haja autonomia e entre ambas as culturas, para que estejam equivalentes em relevância social dentro do ambiente escolar.

Tornar as práticas culturais equivalentes nos remete a ter uma rotina escolar onde se torna comum a presença de objetos e costumes que, a princípio, eram vistas como exclusivamente indígenas ou como pertencentes aos povos originários. Em contrapartida, o indígena se apodera de objetos e práticas urbanas, tornando-se parte do meio do local onde está inserido.

Mattar (2021, p. 175) reforça que é importante buscar e expor produções audiovisuais e musicais contemporâneas feitas por indígenas, (como, por exemplo, clipes de rap por cantores indígenas) para desmistificar o conceito de cultura tradicional como uma cultura cristalizada no tempo.

Complementando esta ação se faz necessário tratar da cultura indígena de forma mais constante.

> Trazer a temática indígena de maneira pontual acaba desfavorecendo a cultura indígena, pois geralmente ela é apresentada de forma superficial e folclorizada. (Mattar, 2021, p. 176).

Esta ação reforça os estereótipos ultrapassados que ainda estão estabelecidos e, ao invés de promover um estudo realmente aprofundado e uma conscientização por parte dos estudantes, os afasta ainda mais e atrapalha o diálogo entre as culturas.

Em uma visão mais ampla, concordamos com Krenak (2022) quando este traz uma perspectiva que remete a novos caminhos para se pensar nas práticas de ensino nas escolas. Segundo ele, tudo é integrado e as experiências são fundamentais para que os alunos possam se perceber como sujeito coletivo.

> Em vez de formatar alguém para ser alguma coisa, deveríamos antes pensar na possibilidade de proporcionar experiências que formem pessoas capazes de realizar tudo o que for necessário na vida. Krenak (2022, p. 62).

Dessa forma, é possível que as crianças em geral tenham o aprendizado que não estão sozinhas no mundo, valorizando e respeitando a diversidade cultural na qual estão inseridas, quer seja no ambiente escolar, ou em qualquer outro lugar onde estejam, e nesse processo, construir a própria identidade.

No capítulo a seguir, nos apoiamos na pesquisa-ação como metodologia preponderante para interrelacionar as experiências vividas na sala de aula e na escola municipal Santo Rosa II, Parque das Tribos em Manaus/AM.

2 - METODOLOGIA

A metodologia aplicada nesta pesquisa foi a pesquisa-ação. A pesquisa-ação é uma abordagem metodológica utilizada principalmente nas ciências sociais e na educação, que combina a realização de uma pesquisa científica com a implementação de ações práticas que visam resolver problemas específicos. É caracterizada pela participação ativa dos pesquisadores e dos participantes no processo de investigação e pela intenção de produzir mudanças concretas na realidade estudada.

Nesta orientação metodológica, “os pesquisadores em educação estão em condição de produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive ao nível pedagógico.” (Thiollent, 1986, p. 75). No contexto desta pesquisa, a pesquisa-ação orientou a realização de rodas de conversa, atividades musicais coletivas, observação participante e registros reflexivos, entendidos como espaços de produção de discursos e sentidos. Esses dispositivos metodológicos permitem compreender como as identidades indígenas são construídas, negociadas e ressignificadas no interior das práticas educativas e culturais.

Podemos dizer que a pesquisa-ação envolveu a colaboração entre pesquisadores e participantes, desde os membros da comunidade, professores e alunos. Os resultados dessa pesquisa se tornaram um agente de transformação, visto que esta tem o objetivo explícito de provocar mudanças e melhorias na situação analisada, seja em um contexto educacional ou comunitário.

Nesse sentido, a identidade do indígena urbano é compreendida nesta pesquisa como um processo relacional e histórico, construído na interface entre os saberes tradicionais e os dispositivos da educação formal. A escola, enquanto espaço social, atua simultaneamente como lugar de reconhecimento e de tensionamento das identidades indígenas, especialmente quando as práticas pedagógicas desconsideram as dimensões culturais dos povos indígenas.

Podemos afirmar que a pesquisa-ação possibilita analisar as práticas discursivas emergentes desses espaços não apenas como dados, mas como processos vivos de produção de subjetividade. Medrado (2009) afirma que a análise das práticas sociais deve considerar os contextos de interação e os efeitos que os discursos produzem nos modos de existir dos sujeitos (Medrado; Bernardes, 2009).

Percebe-se que a noção de práticas discursivas constitui um eixo fundamental para a análise das práticas culturais desenvolvidas no contexto da educação indígena

urbana. As práticas discursivas são entendidas como formas socialmente situadas de produzir sentidos sobre o mundo, sobre o outro e sobre si mesmo, estando intrinsecamente ligadas às práticas sociais concretas (Medrado; Galindo, 2011). Conforme aponta o autor, os discursos — verbais ou não verbais — produzem efeitos sobre os sujeitos, regulando formas de reconhecimento e pertencimento social (Medrado; Portella, 2004). Assim, as práticas culturais desenvolvidas na escola e na comunidade configuram-se como espaços de resistência simbólica e de afirmação cultural.

Dessa forma, esta pesquisa assume que investigar práticas culturais e educativas implica reconhecer a identidade como processo em construção, atravessado por disputas simbólicas e possibilidades de resistência. Reafirma o compromisso com a valorização dos saberes indígenas e com a construção de práticas educativas interculturais que respeitem a diversidade cultural e linguística dos povos originários.

De acordo com o planejamento estabelecido para as atividades da pesquisa entre os anos 2024 a 2026, realizamos rodas de conversas, que ocorreram em sala de aula, visando a verificação de quais etnias estavam sendo representadas na turma do 5° ano A, da Escola Municipal Santa Rosa II, no Parque das Tribos em Manaus/AM. Tendo o professor de arte como mediador, foi possível o compartilhamento com toda a turma da sala de aula, em que as suas crenças, valores, aspirações puderam construir a identidade de cada um.

A segunda roda de conversa incluiu a participação de pessoas da comunidade local, onde estas compartilharam com os alunos as vivências, costumes e histórias sobre a comunidade Parque das Tribos. A terceira e última roda de conversa, voltada para socialização dos alunos, com espaço para elas se expressarem da forma que elas se sentissem seguras e confortáveis, visando captar o quanto as vivências e experiências puderam auxiliar no processo de construção identitária.

Nessa última roda de conversa aos alunos apresentamos as práticas culturais diversas, com artistas manauaras convidados para um momento de celebração, criando nesse momento, uma experiência para agregar ao processo de formação identitária dos alunos.

Em todas as rodas de conversas o professor se posicionou como mediador e observador. Recebeu informações, registrou as atividades e adquiriu conhecimentos

sobre as práticas culturais dos estudantes. Uma experiência de vida para si e para todos os presentes durante as rodas de conversa.

Nos momentos da pesquisa onde não foi possível trocar informações através das rodas de conversas, foram realizadas entrevistas objetivas com os estudantes. Isso permitiu ouvi-los e fazer registro de suas falas mesmo quando não havia tempo suficiente para uma conversa mais ampla.

Para essas entrevistas, foram selecionados os alunos que se auto declararam indígenas, para que estes pudesse falar sobre suas perspectivas e anseios enquanto estudantes de uma escola regular que abriga diversas culturas em sua rotina escolar, permitido que esta pesquisa pudesse ter um panorama de como estão as relações entre indígenas e não indígenas na escola, estabelecendo as seguintes perguntas:

Pergunta 1 – Você se reconhece como indígena? Sabe qual é a sua etnia?

Pergunta 2 – Você acha que precisa aprender mais sobre a sua etnia?

Pergunta 3 – Você se declara indígena abertamente na escola?

Pergunta 4 – Você já sofreu preconceito, piadas ou constrangimentos por

Pergunta 5 – Você conhece ou fala a língua indígena da sua etnia?

Pergunta 6 – O que a escola poderia fazer para valorizar mais os estudantes

As entrevistas foram realizadas com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e transcritas integralmente nesta pesquisa, onde o pesquisador analisa as falas dos estudantes. Esse conjunto de entrevistas constitui um material empírico consistente para análises sobre identidade, educação indígena urbana e práticas pedagógicas interculturais, dialogando diretamente com políticas públicas e debates contemporâneos da área.

Para demonstrar a importância e a necessidade das experiências e vivências em sala de aula para a construção da identidade em ambientes escolares multiétnicos, planejamos a construção de um produto que pudesse ser divulgado nos ambientes escolas e de pesquisas, com os seguintes objetivos:

- Divulgar e valorizar as práticas culturais e as identidades presentes no Parque das Tribos;
- Estimular a reflexão sobre mediação cultural em ambientes escolares;
- Servir como material de referência e inspiração para outras escolas, pesquisadores e educadores que atuam em contextos interculturais.

A **Metodologia de produção** do produto seguiu as seguintes etapas**:**

- Roteirização colaborativa com alunos;
- Gravações durante as rodas de conversa e atividades culturais;
- Entrevistas individuais com alunos e membros da comunidade;
- Edição com linguagem documental sensível e inclusiva.

Todos os registros desta pesquisa foram organizados em um vídeo documentário que registrou as rodas de conversas, tendo como objetivo mostrar todo o processo da pesquisa e ser uma referência para outras pesquisas e atividades que necessitem passar por processos semelhantes a estes, que envolvam práticas culturais distintas e diálogos entre grupos sociais.

Os registros captados criaram uma série documental composta por minidocumentários temáticos e um documentário principal, que registraram através de fotos e vídeos o desenvolvimento das ações pedagógicas, as rodas de conversa, os depoimentos dos alunos e membros da comunidade, bem como as expressões culturais compartilhadas durante o processo.

A criação da série de minidocumentários temáticos, com cerca de 5 a 10 minutos cada, complementados por um documentário principal de 20 a 30 minutos, sintetizou o processo da pesquisa e suas implicações.

A **Estrutura da série** foi organizado em quatro episódios e o documentário principal, abaixo descrito:

- Episódio 1 – Identidade em construção: Mapeamento do local da pesquisa narrados pelo pesquisador;
- Episódio 2 – Vozes da comunidade: Participação dos moradores do Parque das Tribos;
- Episódio 3 – Cultura em movimento: Apresentações culturais dos artistas convidados para socialização das práticas culturais e falas dos alunos durante os momentos de socialização das práticas culturais;
- Episódio 4 – Pertencimento e transformação: Conclusões e resultados obtidos após realização das atividades;
- Documentário principal: Integração dos episódios com narrativa coesa, trilha sonora original e reflexões pedagógicas.

Devido a ausência de comunitários para entrevistas para o Episódio 2, foi realizado com falas do pesquisador relatando outros momentos importantes da pesquisa.

Quanto ao **detalhamento técnico do produto** desta pesquisa foram organizados em quatro minidocumentários de 4 a 8 minutos e um documentário final de até 25 minutos;

A Equipe técnica composta pelos alunos envolvidos na pesquisa, com apoio de cinegrafista e editor local (ou capacitação básica de registro audiovisual);

Em formato Full HD (1080p), com legendas acessíveis, música original ou livre de direitos autorais, e narrativa guiada por vozes dos próprios participantes.

Na finalidade em difundir o documentário nas redes sociais, grupos de pesquisa e eventos científicos, o videodocumentário está disponibilizado no link (abaixo descrito);

https://www.youtube.com/watch?v=EYkpunxwob0

3 – DESCOBRINDO AS IDENTIDADES ÉTNICAS NA ESCOLA MUNICIPAL SANTA ROSA II – PARQUE DAS TRIBOS EM MANAUS/AM

3.1 Atividades da pesquisa em 2024

Inicialmente tivemos a fase exploratória que consiste em “descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e estabelecer um primeiro levantamento (ou ‘diagnóstico’) da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações.” (Thiollent, 1986, p. 48). Em 2024 foi realizada uma investigação acerca da situação estudada, através de coleta de dados, pesquisa bibliográfica, literária, documental e visual aliada à pesquisa de campo com indígenas na E.M. Santa Rosa II.

O conceito de campo permitiu compreender a escola e os espaços comunitários do Parque das Tribos como arenas de relações de poder, nas quais diferentes capitais são valorizados ou desvalorizados. Segundo Bourdieu (1989), os campos sociais operam por meio de regras específicas que definem quais práticas e discursos são reconhecidos como legítimos. Nesse sentido, a música e as práticas culturais indígenas, quando inseridas no contexto escolar urbano, podem tanto reforçar processos de invisibilização quanto se constituir como estratégias de afirmação identitária e resistência simbólica.

Mediante a vivências na escola e com participação de alunos e comunitários, foi realizado uma observação das diversas manifestações singulares das etnias apresentadas em sala de aula. Isso se faz necessário mediante a necessidade que o pesquisador tem de aprender sobre a cultura indígena, de forma mais ampla e específica que está presente na escola.

O conceito de capital cultural é particularmente relevante para esta pesquisa, uma vez que evidencia como conhecimentos, práticas artísticas e competências linguísticas indígenas são frequentemente desconsiderados pelos currículos escolares hegemônicos. Conforme demonstram Bourdieu e Passeron (2014), a escola tende a legitimar o capital cultural das classes dominantes, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais e culturais. No caso da educação indígena urbana, essa lógica se expressa na marginalização dos saberes musicais tradicionais e das línguas originárias, o que impacta diretamente os processos de construção identitária dos estudantes indígenas.

Algumas atividades realizadas em sala de aula tiveram como enfoque o resgate da multiplicidade de saberes narrativos e simbólicos, promovendo uma confluência com as nossas origens culturais. O intuito foi trazer para a sala de aula a compreensão sobre tradições e costumes de povos originários, e consequentemente, uma reflexão crítica acerca da invisibilidade histórica desses grupos. O dialeto e a pintura corporal, sendo considerados patrimônios imateriais resguardados de um povo, são práticas que necessitam aportar de forma fidedigna no ensino regular para que não se percam no esquecimento.

Para conhecer o campo de pesquisa, os alunos pertencentes a etnias, foram orientados a buscar entre seus familiares sobre os elementos mais peculiares de sua etnia (língua, utensílios, costumes, pinturas corporais e quaisquer outros) e suas respectivas características (histórico, utilidade, manuseio etc.).

Na fase da ação em campo, a busca foi realizada e alguns alunos trouxeram resultados. Enquanto uns trouxeram acessórios indígenas, outros trouxeram histórias, e outros imagens e pinturas corporais. Entre os elementos culturais apresentados, o que teve maior destaque foi a língua Sateré-Mawé, visto que chamou muito a atenção dos alunos o fato de ter um falante dessa língua em sala de aula.

No terceiro passo, com base nesse levantamento de dados obtidos durante a ação, houve monitoramento dos resultados e ajustes no plano de ação. Esses elementos foram compartilhados em sala de aula, para compreensão e aprendizado. Naturalmente, a turma teve mais relação com alguns elementos apresentados, e com outros não.

Todas as atividades da pesquisa foram realizadas pelo turno matutino durante as aulas de Arte e História, às quintas-feiras no horário de 7h às 8:50h da manhã. Fazendo referência ao dia nacional do folclore, foi escolhido o mês de agosto para realização desta atividade, culminando com um evento na escola que celebrou esta data no dia 22 de agosto.

A escolha do dia do folclore como data para trazer esses elementos para a sala de aula surge dessa visão “folclorizada” acerca das práticas culturais indígenas. Quando o indígena aparece apenas em datas comemorativas, fantasias escolares ou representações estereotipadas, cria-se a ideia de que os povos indígenas pertencem ao passado, como se não fizessem parte da sociedade atual. Isso contribui para que

crianças indígenas não se reconheçam plenamente na escola e para que estudantes não indígenas desenvolvam uma visão limitada e preconceituosa.

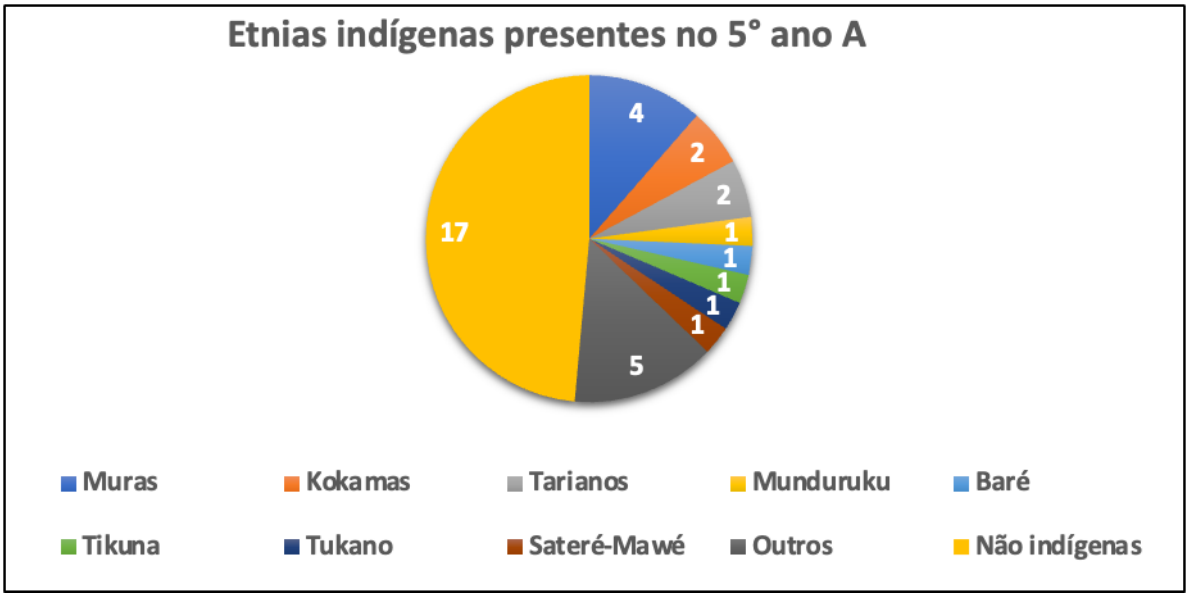
Munduruku (2017) afirma que “ser indígena não é viver preso ao passado, mas manter viva uma memória ancestral que dialoga com o presente” (Munduruku, 2017, p. 23). Dessa forma, considerar os povos indígenas apenas como personagens folclóricos contribui para sua invisibilização social e para o apagamento de suas lutas contemporâneas por território, educação, preservação linguística e reconhecimento cultural.

Além disso, ao demonstrar que as práticas musicais indígenas possuem relações com metodologias contemporâneas da educação musical, os autores reforçam o caráter atual e pedagógico desses saberes. Conforme afirmam, “a maneira como a música indígena é estruturada e a transmissão de conteúdos de um indígena para outro se relaciona com o método de ensino musical proposto Dalcroze”. (Barbosa; Aguiar, 2016, p. 138). Assim, as culturas indígenas deixam de ocupar um lugar meramente ilustrativo ou comemorativo e passam a ser reconhecidas como referências legítimas para produção de conhecimento e práticas educativas.

A descrição detalhada das atividades de 2024, incluindo imagens, gráficos e outros elementos visuais para reforçar a primeira atividade realizada no dia 01 de agosto de 2024, fizemos um levantamento em sala de aula, visando a verificação de quais etnias estavam sendo representadas na turma do 5° ano A. Nesse levantamento, foi analisada a capacidade dos alunos se auto afirmar como indígenas, uma vez que, por estarem na faixa etária de 11 anos de idade, (pré-adolescentes) eles têm ainda algumas dificuldades de definir elementos da própria origem e ancestralidade.

Perguntado aos 35 (trinta e cinco) alunos da turma, se pertenciam a alguma etnia indígena e o nome dessa etnia. Verificamos que dentre os alunos que se identificaram como indígenas: 4 (quatro) Muras, 2 (dois) Kokamas, 2 (dois) Tarianos, 1 (um) Munduruku, 1 (um) Baré, 1(um) Tikuna, 1 (um) Tukano, 1(um) Sateré-Mawé. Outros 5 (cinco) alunos se identificaram como indígenas, mas não souberam definir a qual etnia pertencem. Os demais, todos se identificam como manauaras não indígenas, conforme demonstrado no gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1: Distribuição de etnias indígenas no 5° ano A



Fonte: Autor

Depois dessa verificação e de várias explicações sobre a importância dos saberes populares, conteúdo ministrado em sala de aula durante as aulas de Artes, foi organizada para aula seguinte uma atividade de resgate cultural, onde foi solicitado dos alunos que se identificaram como indígenas trouxessem para sala de aula elementos culturais de suas respectivas etnias.

A atividade teve como objetivo socializar práticas culturais das diversas etnias representadas, sendo proposto para esses alunos apresentarem elementos de suas respectivas etnias para o restante da turma não indígena, e os alunos indígenas e não-indígenas poderiam aprender sobre outras etnias além da sua.

Na aula do dia 08 de agosto de 2024 (figura 2), diversos artefatos e objetos foram trazidos como cocar, acessórios como brincos, colares, enfeites em geral. Algumas peças de artesanatos como cestos, quadros e esculturas foram apresentados. Um aluno da etnia Mura trouxe uma comida comum na sua etnia, o xibé.

Figura 2: Apresentação em sala de aula



Fonte: Autor

Dentre os diversos elementos culturais compartilhados pelos alunos ao longo das atividades desenvolvidas em sala de aula, a língua Sateré-Mawé destacou-se de maneira significativa, despertando maior interesse e curiosidade por parte da turma. O aluno pertencente à etnia Sateré-Mawé apresentou à classe palavras e expressões aprendidas no convívio familiar, especialmente por meio dos ensinamentos transmitidos por seus pais, compartilhando com os colegas aquilo que reconhecia como um importante elemento cultural de sua identidade étnica. A partir dessa experiência, observamos um expressivo interesse dos demais estudantes em conhecer e aprender palavras pertencentes à língua indígena Sateré-Mawé.

Em decorrência desse interesse manifestado pela turma, no dia 15 de agosto de 2024 organizamos uma atividade pedagógica com a participação de membros da comunidade Parque das Tribos, especificamente de um representante da etnia Sateré-Mawé. Na ocasião, o pai do aluno Sateré-Mawé foi convidado a participar da aula com o objetivo de ampliar as discussões acerca da língua e da cultura compartilhadas previamente pelo estudante. Durante sua participação, o convidado apresentou à turma palavras e expressões básicas de comunicação em Sateré-Mawé, enfatizando aspectos relacionados à pronúncia e contribuindo para o fortalecimento do contato dos alunos com elementos linguísticos e culturais dos povos originários.

A língua Sateré-Mawé nesse contexto se torna um instrumento que ajuda os alunos a se conectarem com sua ancestralidade, se tornando uma experiência que vai ajudar a moldar a identidade cultural da turma. Para Kopenawa (2015) a resistência

da identidade cultural dos povos indígenas se materializa, principalmente, na valorização da língua e da oralidade. Este afirma que preservar o idioma é garantir a continuidade da memória e da sabedoria ancestral: “Não quero que meus filhos se tornem brancos. Quero que continuem a falar nossa língua e ouvir as palavras dos xapiri” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 125). A língua, nesse sentido, não é apenas meio de comunicação, mas vínculo com os espíritos e com a própria floresta.

Tabela 01: Palavras estudadas em Sateré-Mawé

	Língua Saterê-Mawé:	**Tradução em português**
1	Ihot’ok	Bom dia
2	Heika’at	Boa tarde
3	Wantym	Boa noite
4	Waku sese	Obrigado (a)
5	Waku sese eriot	Seja Bem-vindo
6	Waku sese eweig'e	Sejam Bem-vindos
7	Uiwepyi’i!	Desculpa
8	Miitã tirat	Por favor
9	Mi’ire ira’yn aru!	Até logo
10	Puruwei	Professor
11	Puruweira	Professora
12	Wemu'e hat	Aluno (a) ou Estudante
13	Uhesy'at	Estou com fome
14	Are'y'utui	Estou com sede

Fonte: Autor

Posteriormente, essas palavras (Tabela 01) foram utilizadas para criação de vídeos educativos que visavam reforçar a memorização destas palavras, uma vez os alunos se dispuseram a participar da feira de ciências da escola apresentando esses elementos de sua cultura. Esses vídeos foram publicados nas redes sociais do professor para incentivar o reconhecimento das práticas culturais dos povos originários.

Depois dessa aula, a turma organizou uma pequena mostra de tudo que foi compartilhado em sala de aula para todas as turmas da escola, compartilhando a apresentação que haviam feito em sala para as outras turmas da escola. Para esta apresentação, os alunos decidiram estudar mais sobre suas práticas para aprender e compartilhar estas com toda escola e comunidade.

Foram organizados para uma apresentação os elementos físicos e as palavras em Sateré-Mawé que os alunos aprenderam, onde os alunos explicaram sobre cada

objeto compartilhado e ensinaram as palavras que aprenderam. A feira de ciências (figura 3) organizada pela escola, foi aberta à comunidade e outras pessoas de fora do ambiente escolar assistiram a apresentação dos alunos.

Figura 3: Apresentação na feira de ciências.



Fonte: Autor

Além dos alunos que participaram diretamente apresentando elementos de suas etnias, ainda há outros alunos que sabem que pertencem a uma etnia, mas não sabem nada a respeito dela. Ainda existem aqueles que pertencem a uma etnia e negam isso, temendo o preconceito que ainda persiste, decidem por não querer ser classificados como indígena.

Analisando essa atividade em sala de aula, pudemos entender que esta foi uma iniciativa importante para que o objetivo da pesquisa pudesse ser alcançado. Através das ações dos alunos pude conhecer elementos culturais de diversas etnias que habitam na comunidade Parque das Tribos, o que permitiu que essas etnias tivessem espaço no ambiente escolar para se tornarem conhecidos.

Esse foi o momento em que se pode perceber de fato que existe uma diversidade muito grande de etnias na comunidade Parque das Tribos. Outrora só haviam informação numérica de levantamentos feitos por outros pesquisadores. Essa atividade permitiu que o professor tivesse acesso a elementos culturais das etnias sendo evidenciados pelas próprias etnias, direto da fonte, tendo os alunos como

representante de cada etnia citada, e a participação das famílias de alguns alunos, como o pai do aluno Sateré-Maué.

Foi perceptível como esses elementos que foram compartilhados ajudaram os alunos a se sentir representados, instigando estes a não se sentirem envergonhados de suas origens e práticas culturais indígenas. O aluno que pertence à etnia Sateré-Mawé, por exemplo, passou pela experiência libertadora de não ter medo de expor seus sentimentos em relação a sua cultura. Ele se sentiu confortável o suficiente durante as apresentações para compartilhar abertamente com os colegas da turma que sonha em ser o próximo cacique da sua etnia, coisa que nunca havia falado antes na escola por vergonha e medo de ser caçoado.

De uma forma geral, a experiência trouxe os alunos mais para perto da escola, o que, na visão do pesquisador, diminui a quantidade de obstáculos que os alunos enfrentam para ter acesso a um aprendizado efetivo. Quando se aproximam da escola, buscam aprender, socializam mais e deixam a enxergar a escola como um lugar que oprime a sua identidade cultural.

A limitação de conhecimentos sobre culturas indígenas mostra ao professor que este tem muito para aprender sobre cultura dos povos ancestrais, e isso tem motivado este a buscar aprender mais sobre as etnias que estão presentes na Escola Santa Rosa II e na comunidade Parque das Tribos em geral.

Depois desse processo de compreensão da cultura indígena em sua realidade como arte e elemento de nossa cultura, percebemos que é possível incorporar esses elementos na rotina do ambiente escolar, rompendo com preconceitos e trazendo inovações para a forma de ensinar e tornando as práticas culturais mais livres e abertas para novas possibilidades.

Por esse viés, observamos que essas práticas se tornam produtoras de conhecimento. Uma vez que analisamos e percebemos as possibilidades que elas proporcionam, veremos nelas uma ferramenta de grande auxílio para educação musical.

3.2 Atividades da pesquisa em 2025

Houve algumas situações que ocasionaram o atraso no cumprimento do cronograma inicialmente estabelecido para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado em 2025. Ressaltamos que os fatores aqui expostos se configuram como circunstâncias institucionais excepcionais, alheias à vontade e ao controle do

pesquisador, impactando diretamente à execução das atividades metodológicas previstas, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho de campo.

No período compreendido entre os meses de agosto e novembro, a escola selecionada como campo empírico da pesquisa passou a priorizar, de maneira intensiva, as ações pedagógicas e administrativas voltadas à preparação e aplicação da avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Essa priorização demandou a reorganização do planejamento escolar, com a concentração dos esforços da equipe gestora, do corpo docente e dos estudantes no cumprimento das metas institucionais relacionadas à referida avaliação.

Como consequência, diversas atividades escolares foram redimensionadas ou temporariamente suspensas, inviabilizando a realização de procedimentos metodológicos essenciais à pesquisa, tais como observações sistemáticas em sala de aula, aplicação de instrumentos de coleta de dados e realização de entrevistas com os sujeitos envolvidos.

Considerando que o grupo focal da pesquisa é uma das turmas de 5° ano, podemos destacar que dentre todos os fatores que mais afetaram o desenvolvimento da pesquisa foi a avaliação SAEB, uma vez que as turmas que seriam avaliadas eram justamente as turmas de 5° e 9°ano.

Paralelamente a esse contexto, entre os meses de setembro e outubro de 2025, a instituição escolar passou por um processo de reforma estrutural, incluindo intervenções como pintura das salas de aula e adequação dos espaços físicos. As intervenções realizadas exigiram a reorganização da rotina escolar, com a adoção de revezamento de turmas, redistribuição de horários e utilização alternada dos ambientes pedagógicos.

Tal situação ocasionou interrupções significativas no funcionamento das atividades pedagógicas, uma vez que apenas algumas turmas eram selecionadas para assistir às aulas, enquanto outras eram dispensadas para a pintura de suas respectivas salas. Esse fato causou instabilidade no funcionamento regular da escola, diminuindo consideravelmente os encontros do pesquisador com o grupo focal, o que comprometeu a previsibilidade necessária à condução sistemática da pesquisa de campo e dificultando o acesso contínuo aos espaços e aos participantes do estudo, condição fundamental para o rigor metodológico da investigação.

Nesse ponto, houve uma tentativa de mudar o grupo focal para turmas que deveriam estar mais presentes na escola. Depois de consultar o calendário feito para o revezamento durante as reformas da escola, percebemos que as turmas do 9° ano estariam mais presentes na escola. Porém, houve conflitos para acessar a turma, uma vez que eles ainda estavam imersos nas atividades propostas pelos professores de outras disciplinas para a avaliação SAEB.

Com muito esforço e uma dura negociação com a gestão da escola e outros professores, foi possível realizar uma roda de conversa com a turma do 9° A. Foi possível realizar algumas entrevistas coletando apenas registros de áudio, uma vez que a turma não cedeu permissão para uso de imagem. Entretanto, não foi possível realizar as outras rodas de conversas e nem o restante das atividades planejadas uma vez que as atividades da pesquisa não eram prioridade da gestão da escola.

Diante do conjunto de fatores apresentados, é evidente a postura pedagógica da escola, uma vez que esta priorizou avaliações externas diante das situações encontradas, colocando em segundo plano as atividades escolares que priorizariam as vivências os diálogos entre os alunos e que consequentemente seriam registradas e analisadas para essa pesquisa.

3.2.1 Entrevistas com alunos do 9° ano

Dentre as condições adversas de 2025, foi possível realizar entrevistas com uma das turmas que estavam presentes na escola. As entrevistas foram realizadas no dia 27 de novembro de 2025 com 11 (onze) estudantes da Escola Municipal Santa Rosa II do 9º ano “A” do Ensino Fundamental. A presente análise tem como base entrevistas realizadas com os referidos estudantes pertencentes a uma turma composta por 37 alunos. Desse total, 11 (onze) estudantes se autodeclararam indígenas ou descendentes de indígenas, o que corresponde a quase 30% da turma.

A opção metodológica por entrevistar exclusivamente esses 11 (onze) estudantes fundamenta-se no princípio da autodeclaração identitária, amplamente reconhecido nos estudos sobre identidade étnica e nas políticas educacionais voltadas aos povos indígenas. Assim, as perguntas específicas de coleta de dados foram direcionadas apenas aos alunos que se reconhecem como indígenas ou descendentes, respeitando sua condição de sujeitos diretamente implicados na problemática investigada.

Esse dado inicial já revela um aspecto significativo do contexto escolar analisado: embora a turma seja majoritariamente composta por estudantes não indígenas (aproximadamente 70%), quase um terço dos alunos carrega vínculos identitários com povos indígenas, o que reforça a relevância de uma abordagem intercultural no cotidiano escolar, de acordo com o gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2: Distribuição de etnias indígenas no 9° ano A



Fonte: Autor

Com base nas respostas que cada estudante entrevistado, identificamos por códigos alfanuméricos (E1, E2, E3…), conforme orientação ética da pesquisa qualitativa, garantindo anonimato e sigilo, em consonância com a Resolução CNS nº 510/2016.

Pergunta 1 – Você se reconhece como indígena? Sabe qual é a sua etnia?

Os estudantes apresentaram respostas variadas quanto ao reconhecimento e à identificação étnica. Parte deles se reconhece como indígena, mas não consegue nomear a etnia específica.

- **E1:** Reconhece-se indígena, mas afirma não saber qual é a etnia.
- **E2:** Declara-se indígena da etnia Baré, reconhecendo essa herança a partir da família.

- **E3:** Afirma saber que é indígena, porém não sabe informar a etnia.
- **E4:** Diz que a mãe afirma que ele é indígena, mas nunca perguntou qual etnia.
- **E5:** Declara-se indígena da etnia Sateré-Mawé.
- **E6:** Reconhece-se indígena da etnia Baré.
- **E7:** Afirma ter ascendência indígena por parte de toda a família, mas não sabe o nome da etnia.
- **E8:** Declara-se indígena de etnia mista (Mura e Cocama).
- **E9:** Reconhece-se como indígena da etnia Sateré-Mawé.
- **E10:** Afirma ser indígena, mas não sabe o nome da etnia.
- **E11:** Declara-se indígena da etnia Tucano, herdada do pai.

Pergunta 2 – Você acha que precisa aprender mais sobre a sua etnia?

A maioria dos estudantes reconhece a necessidade de ampliar seus conhecimentos sobre a própria identidade étnica, ainda que em níveis diferentes de interesse.

- **E1:** Afirma que precisa aprender mais.
- **E2:** Diz que gostaria de conhecer mais sobre a etnia e os antepassados.
- **E3:** Responde que talvez, dependendo do momento.
- **E4:** Afirma que depende da ocasião.
- **E5:** Diz que precisa aprender tanto a língua quanto os costumes.
- **E6:** Acredita que pode aprender mais com a família e outras pessoas.
- **E7:** Reconhece que precisa aprender pelo menos o nome da etnia.
- **E8:** Afirma que se interessa em aprofundar mais desde que descobriu sua origem.
- **E9:** Diz que não sente necessidade de aprender mais no momento.
- **E10:** Acredita que pode aprender perguntando à família.
- **E11:** Afirma que aprende principalmente com a família, mas gostaria de mais apoio.

Pergunta 3 – Você se declara indígena abertamente na escola?

As respostas indicam que a autodeclaração indígena no ambiente escolar é limitada e seletiva.

- **E1:** Diz que fala apenas com amigos mais próximos.
- **E2:** Afirma que se declara apenas de vez em quando.
- **E3:** Não costuma se declarar.

- **E4:** Afirma que não fala sobre isso porque ninguém pergunta.
- **E5:** Diz que se declara indígena.
- **E6:** Afirma que se reconhece como indígena.
- **E7:** Diz que não conversa sobre isso na escola.
- **E8:** Afirma que fala abertamente.
- **E9:** Diz que se declara tranquilamente.
- **E10:** Não costuma se declarar.
- **E11:** Afirma que se declara, mas já sofreu consequências por isso.

Pergunta 4 – Você já sofreu preconceito, piadas ou constrangimentos por ser indígena?

As experiências relatadas variam entre ausência de preconceito direto e vivências de discriminação simbólica.

- **E1:** Afirma que não sofreu preconceito.
- **E2:** Diz que não sofreu.
- **E3:** Afirma que não.
- **E4:** Diz que nunca passou por isso.
- **E5:** Relata que fazem piadas e chamam de “indígena”.
- **E6:** Afirma que não sofreu bullying.
- **E7:** Diz que não sofreu constrangimento.
- **E8:** Afirma que já sofreu preconceito fora da escola.
- **E9:** Diz que nunca sofreu.
- **E10:** Afirma que nunca sofreu ataques diretos.
- **E11:** Relata que já sofreu piadas e constrangimentos na escola.

Pergunta 5 – Você conhece ou fala a língua indígena da sua etnia?

A maioria dos estudantes afirma não falar a língua indígena, embora reconheça que seus antepassados falavam.

- **E1:** Afirma que a avó falava apenas a língua indígena, mas ele não aprendeu.
- **E2:** Diz que não fala.
- **E3:** Afirma que não conhece a língua.
- **E4:** Diz que não sabe.
- **E5:** Afirma que não fala, mas gostaria de aprender.
- **E6:** Diz que não fala.
- **E7:** Afirma que não conhece.

- **E8:** Explica que muitos indígenas foram obrigados a falar português.
- **E9:** Diz que não fala.
- **E10:** Afirma que não sabe a língua.
- **E11:** Diz que não fala, mas considera importante aprender.

Pergunta 6 – O que a escola poderia fazer para valorizar mais os estudantes indígenas?

As respostas apontam de forma recorrente para a necessidade de maior visibilidade cultural e linguística.

- **E1:** Sugere criar espaços para os indígenas se reunirem.
- **E2:** Acredita que a escola deveria apresentar mais sobre os povos ancestrais.
- **E3:** Sugere conversar mais com os alunos sobre o tema.
- **E4:** Diz que a escola deveria trazer o assunto.
- **E5:** Sugere valorizar a cultura indígena para que se sintam importantes.
- **E6:** Não apresentou sugestões.
- **E7:** Acredita que conversar já ajudaria.
- **E8:** Sugere expor mais a cultura de cada etnia e trabalhar línguas indígenas.
- **E9:** Não soube opinar.
- **E10:** Sugere campanhas e ações educativas.
- **E11:** Sugere ensinar línguas, artesanato, costumes e cultura indígena.

No que diz respeito à autodeclaração indígena no ambiente escolar, apenas 4 dentre os 11(onze) alunos indígenas afirmam se declarar com liberdade enquanto 3 o fazem de forma situacional e 4 não se declaram. Assim, verificamos que 7 (sete) dos estudantes não se assumem plenamente como indígenas na escola, o que pode indicar a presença de silenciamentos ou inseguranças identitárias.

Esse cenário se relaciona com os dados sobre preconceito: embora 8 afirmem não ter sofrido discriminação direta, 3 relatam experiências de piadas ou constrangimentos, revelando a existência de preconceito, ainda que muitas vezes de forma velada. Tais manifestações contribuem para a retração da identidade no espaço escolar.

Por fim, ao serem questionados sobre o papel da escola, 7 dos estudantes apontam a necessidade de ações concretas de valorização cultural, como o ensino de línguas, costumes e tradições indígenas. Outros 2 destacam a importância do diálogo,

enquanto 2 não souberam opinar. Esses dados evidenciam uma demanda clara por reconhecimento institucional, acreditamos que precisam ser tomadas ações que visem potencializar o fortalecimento cultural mediadas pelo espaço escolar.

3.3 Atividades organizadas em 2026

3.3.1 Rodas de Conversas

A primeira ação tomada em 2026 foi o mapeamento da turma, realizada durante as aulas de arte do mês de fevereiro nas turmas de 6° ao 9° ano. Diante da mudança de modalidade de ensino do pesquisador, essa ação foi necessária inicialmente para apresentação e conhecimento do professor nas novas turmas que ele foi designado em 2026.

O mapeamento foi importante para responder a algumas questões importantes como: Qual o grupo que os alunos se identificam? Qual o pertencimento desses alunos? É necessário definir quais são os grupos identitários da sala de aula, fazendo uma abertura para incluir outras categorias para além de etnias indígenas com as quais os alunos se identificam, uma vez que a comunidade Parque das Tribos não possui apenas indígenas.

Depois de organizar e catalogar essas informações, a pesquisa seguiu para a segunda ação, que foi realizada entre fevereiro e março, durante as aulas de arte e outras atividades escolares da turma de 7° ano B. Esta ação se propôs a construir experiências e vivências. Para isso se fez necessário estimular as vivências através das experiências. Foram propostas rodas de conversas com comunidade e alunos e foram usadas as salas de aula como um espaço de mediação entre alunos e comunidade, e nesta ação proposta de formação cultural dos alunos, o professor agiu como um mediador.

As ações de 2026 foram planejadas em acordo com dados obtidos nas entrevistas com alunos do ano anterior, onde esses apontaram a necessidade de diálogo sobre cultura indígena na escola, além do ensino e compartilhamento de elementos culturais tradicionais dos povos originários. A escolha da turma do 7° B para ações da pesquisa, justifica-se pela diversidade significativa encontrada entre os alunos nessa turma. Além da quantidade expressiva de alunos que se identificam como indígenas ser maior que nas outras turmas em que o professor atua, essa foi a única turma que foi detectado uma aluna que declarou sua nacionalidade como peruana.

Baseado na visão de Vygotsky apud Moreira (p.110) acredita-se que “é pela mediação que se dá a internalização (reconstrução interna de uma operação externa) de atividades e comportamentos sócio-histórico e culturais”. Entende-se que a mediação permite a internalização de construções (ou reconstruções) culturais, e nesse processo, os sujeitos envolvidos se desenvolvem cognitivamente.

Porém, é necessário enfatizar que o intercâmbio de significados entre professor e aluno dentro da zona de desenvolvimento proximal do aprendiz é indispensável e muito importante. (Moreira, p. 120). Nesse contexto, o mediador se dedica a aprender sobre os elementos que estão sendo compartilhados, uma vez que esse professor está distante dessas práticas culturais e conhecimentos compartilhados e vividos entre os alunos.

As rodas de conversas se tornam eficazes diante do fato de que, “a linguagem é o mais importante sistema de signos para o desenvolvimento cognitivo da criança.” (Moreira, p. 114). O desenvolvimento de processos mentais superiores depende de descontextualização e a linguagem serve muito bem para isso, na medida em que o uso de signos linguísticos (as palavras no caso) permite que a criança se afaste cada vez mais de um contexto concreto.

Sem interação social, ou sem intercâmbio de significados, dentro da zona de desenvolvimento proximal do aprendiz, não há ensino, não há aprendizagem e não há desenvolvimento cognitivo. Interação e intercâmbio implicam, necessariamente, que todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem devem falar e tenham oportunidade de falar. (Moreira, p. 121).

Foram realizadas três rodas de conversa entre os meses de fevereiro e março. A primeira roda de conversa aconteceu com a participação de moradores da comunidade Parque das Tribos, na qual foram compartilhados vivências, costumes e narrativas sobre a história e o cotidiano da comunidade. A atividade teve como objetivo possibilitar que os estudantes ampliassem sua compreensão sobre o território onde vivem, a partir das experiências e memórias dos próprios moradores, favorecendo um processo de valorização identitária e de reconhecimento do Parque das Tribos como um espaço socialmente construído e marcado pela presença de diferentes grupos culturais e étnicos.

A roda de conversa ocorreu no dia 27 de fevereiro de 2026, durante a reunião de pais e mestres promovida pela escola, momento escolhido estrategicamente por

se tratar de um espaço institucional de encontro entre escola e famílias. A utilização desse contexto buscou favorecer a participação da comunidade no ambiente escolar e ampliar as possibilidades de diálogo entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo.

Foi pedido aos pais dos alunos para compartilhar qualquer informação que tivessem sobre a Comunidade Parque das Tribos. História de origem, fato curioso, ou qualquer coisa que estivessem dispostos a compartilhar. Para dar mais força ao pedido, eles foram informados que essas histórias seriam registros em formato de vídeo que fariam parte de um acervo de histórias sobre a comunidade que ficaria na escola e serviria para os alunos consultarem quando quisessem aprender sobre a história de criação do Parque das Tribos.

Entretanto, durante a realização da atividade, observamos que, os pais e responsáveis estavam presentes no espaço escolar em pouca quantidade, sendo apenas 11 (onze) pais presentes dos 38 (trinta e oito) convidados. Dentre os presentes, houve baixa participação ativa nas falas da roda de conversa, bem como recusa em relação à gravação de entrevistas e registros audiovisuais. Tal situação foi considerada no âmbito metodológico da pesquisa e analisada à luz das discussões presentes na literatura sobre pesquisa qualitativa e etnográfica.

Para Geertz (1989) a pesquisa de caráter etnográfico depende da construção gradual de relações de confiança entre pesquisador e participantes, processo que ocorre ao longo do trabalho de campo e que influencia diretamente o nível de abertura dos sujeitos em relação ao compartilhamento de suas experiências. Nesse sentido, é comum que, nas etapas iniciais de interação, os participantes adotem posturas mais reservadas diante de instrumentos formais de registro, como gravações de áudio ou vídeo.

Essa etapa é considerada inicial para o pesquisador, visto que nos anos anteriores ele trabalhou com turmas de anos iniciais (1° ao 5° ano) e constituiu os dados da pesquisa de 2024 com esse público. Entretanto, em 2026 o professor / pesquisador foi realocado para as turmas de ensino fundamental 2 (6° ao 9° ano) o que trouxe um público de alunos desconhecidos para o professor. A roda de conversa foi o primeiro contato do pesquisador com os pais desses alunos, o que pode ter sido o motivo para estranhamento e desinteresse dos pais na atividade proposta.

Tal postura dos pais, dialoga com a perspectiva clássica da etnografia apresentada por Malinowski (2018), para quem a produção de conhecimento antropológico exige um processo prolongado de convivência e observação no campo, permitindo que os vínculos entre pesquisador e comunidade sejam estabelecidos progressivamente. Assim, a confiança e a disposição para compartilhar narrativas e experiências tendem a se fortalecer à medida que se consolidam as relações de proximidade e reconhecimento entre os sujeitos envolvidos.

No campo das metodologias qualitativas, Flick (2008) destaca que os processos de interação entre pesquisador e participantes são marcados por diferentes formas de participação, incluindo recusas ou posturas mais reservadas diante de determinados instrumentos de coleta de dados. Segundo o autor, “nas pesquisas qualitativas, as recusas e resistências dos participantes fazem parte do próprio processo de investigação” (FLICK, 2008, p. 107), devendo ser consideradas como elementos relevantes para a compreensão do contexto investigado.

Considerando que o território do Parque das Tribos é caracterizado pela presença de diferentes povos e etnias indígenas, torna-se necessário adotar uma postura metodológica sensível às especificidades socioculturais dessas comunidades. Baniwa (2019) enfatiza a importância de reconhecer a autonomia dos povos indígenas em relação às formas de produção e compartilhamento de seus conhecimentos. Para o autor, “os povos indígenas têm o direito de decidir como, quando e em que condições seus conhecimentos podem ser compartilhados” (BANIWA, 2019, p. 62), o que implica respeitar as decisões dos participantes em relação à participação em pesquisas acadêmicas.

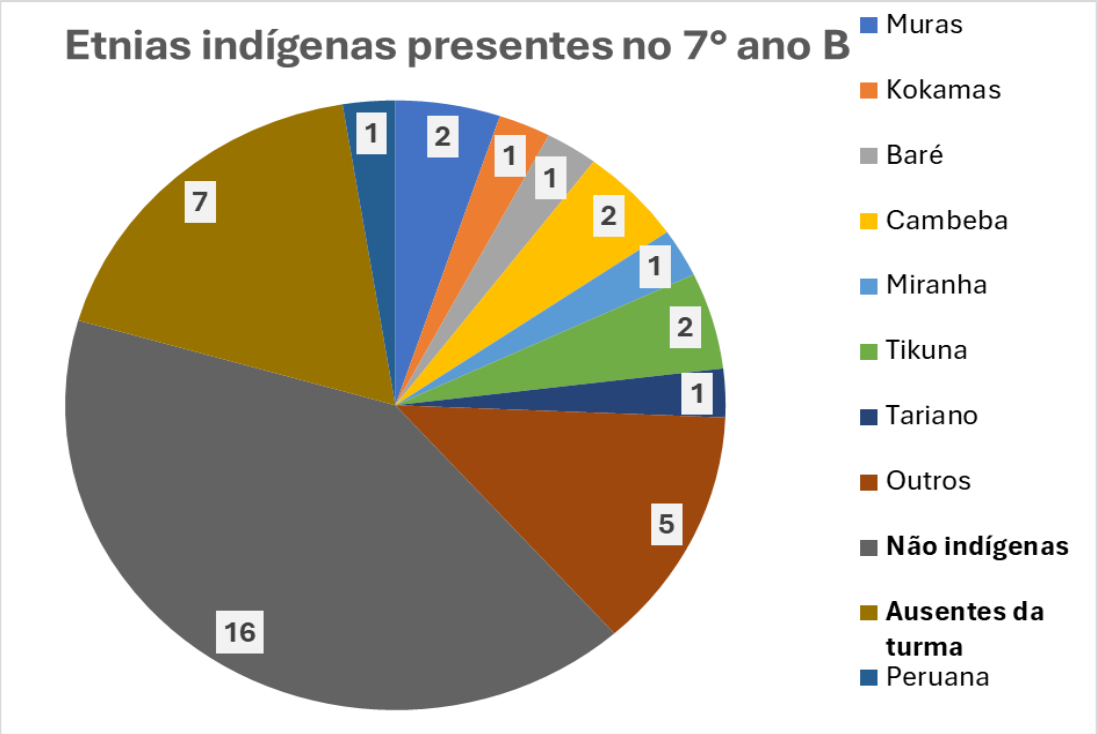
Dessa forma, a participação mais observadora assumida por parte dos pais e responsáveis durante a roda de conversa foi interpretada como parte das dinâmicas próprias do campo investigado e do processo de aproximação entre pesquisador, escola e comunidade. Assim, respeitando os princípios éticos que orientam pesquisas com seres humanos, foi assegurado aos participantes o direito de decidir sobre sua forma de participação nas atividades propostas, incluindo a impossibilidade de realizar em formato audiovisual.

Essa postura dos pais revela um cenário social complexo no que se refere às relações de poder entre os indivíduos dessa comunidade, uma vez que tal postura sinaliza a descrença dos comunitários nas ações da escola e do poder público. Para

esses comunitários, é apenas mais uma ação sem relevância nenhuma para o cotidiano dos alunos ou na vida dos próprios comunitários, o que justifica sua indiferença e não participação da atividade proposta.

A segunda roda de conversa aconteceu em sala de aula entre alunos, tendo o professor como mediador, para que estes criassem o costume de compartilhar suas crenças, valores, aspirações e depois de compartilhar com toda a turma, pudessem construir a própria identidade. Nessa roda de conversa foram consolidados os dados quantitativos em relação à pluralidade étnica da turma levantados no mapeamento inicial de 2026 (gráfico 3).

Gráfico 3: Distribuição de etnias indígenas no 7° ano B



Fonte: Autor

A turma analisada, corresponde ao 7º Ano B do turno matutino, é composta por 38 estudantes, cujas informações de identificação étnica foram organizadas a partir dos registros das rodas de conversa disponibilizados pelo professor / pesquisador durante o processo de levantamento de dados da pesquisa. Entre os estudantes da turma, 16 alunos declararam não possuir pertencimento à etnia indígena. Além disso,

5 estudantes afirmaram não saber informar sua etnia, enquanto 7 alunos não apresentaram essa informação no registro analisado.

No que se refere aos estudantes que declararam pertencimento a algum grupo indígena, foram identificados 9 alunos vinculados a etnias específicas, o que evidencia uma presença significativa de estudantes indígenas na turma. As etnias identificadas foram: Tikuna (2 estudantes), Mura (2 estudantes), Cambeba-Miranha (1 estudante), Baré (1 estudante), Tariana (1 estudante), Kokama (1 estudante) e Cambeba (1 estudante). A diversidade de etnias presentes na turma demonstra a coexistência de diferentes matrizes culturais indígenas no mesmo espaço escolar, característica frequentemente observada em contextos urbanos amazônicos, especialmente em territórios marcados pela presença de comunidades indígenas multiétnicas.

Segundo Bourdieu (2007) a constituição das identidades está diretamente relacionada ao conceito de habitus, definido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis, incorporado pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias sociais. O habitus orienta percepções, práticas e gostos, funcionando como uma mediação entre as estruturas objetivas da sociedade e as ações individuais (Bourdieu, 2007). Assim, a identidade social não é fruto de escolhas livres e conscientes, mas de condições sociais internalizadas que moldam modos de ser, sentir e agir no mundo.

Em ambientes multiculturais, marcados pela coexistência de diferentes sistemas simbólicos, o habitus desempenha papel central na produção de distinções e fronteiras sociais. Os sujeitos carregam disposições culturalmente situadas que entram em relação — e frequentemente em tensão — com outros habitus, configurando processos de reconhecimento, exclusão ou subordinação cultural. Como afirma Bourdieu (1989), as estruturas quando estruturadas e predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, contribuem para a naturalização das diferenças sociais e culturais, fazendo com que desigualdades sejam percebidas como legítimas.

Entretanto, Bauman (2008) alerta que identidade na modernidade líquida deixa de ser uma construção social enraizada e se transforma em um projeto individual de alto risco, ansioso, instável e constantemente reconfigurado por pressões externas, especialmente o medo da exclusão, da invisibilidade e da irrelevância. Diante desse alerta, o objetivo nesse foi proporcionar uma experiência que possa contribuir para a criação e compreensão identitária dos alunos em conjunto, compartilhando e experienciando a vivência em grupo (Figura 4).

Figura 4: Roda de conversa na turma do 7° B



Fonte: Autor

Foi identificado uma estudante com identificação peruana, um fato curioso e inusitado que indica a presença de processos migratórios e interculturais integrando o contexto social da turma, o que reforça ainda mais o caráter plural desse ambiente escolar. Outro aspecto relevante refere-se ao número de estudantes que declararam não saber sua etnia ou que não apresentaram essa informação. Esse conjunto corresponde a 12 (doze) alunos, sendo 7 (sete) alunos que pertencem a sala mas não estavam presentes na roda de conversa e os outros 5 alunos que afirmam ter parentes indígenas, mas sem ter informação sobre qual etnia esse parente ou seque ter relação mais próxima com esse parente.

Sobre esses 5 (cinco) alunos, afirmamos que se classificam como parte dos processos de distanciamento identitário, quando se observa que a dificuldade de nomear a própria etnia pode ser interpretada como efeito da interiorização de um habitus no qual os saberes indígenas não são legitimados socialmente. Para Bourdieu (2007), trata-se de um processo de violência simbólica, definido como uma violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento. Em contextos urbanos, tais

situações são recorrentes e refletem as complexas dinâmicas de identidade e pertencimento vivenciadas por populações indígenas e não indígenas.

Percebemos que a ausência de uma interculturalidade crítica no cotidiano escolar contribui para que os estudantes indígenas não se sintam legitimados a afirmar publicamente sua identidade, reforçando práticas de silenciamento e invisibilidade. Sobre isso, Candau afirma que,

> Interculturalidade crítica não se limita ao reconhecimento da diversidade cultural, mas implica questionar as relações de poder que hierarquizam culturas e produzem desigualdades. (Candau, 2016, p. 23)

Percebemos que a necessidade de questionar sobre como a gestão escolar está conduzindo o ambiente multiétnico que esta abriga em suas dependências e buscar uma possível solução para a falta de interculturalidade crítica na rotina da escola.

Durante a última roda de conversa os alunos foram apresentados a práticas artísticas musicais, com uma banda manauara convidada para um momento de celebração, criando nesse momento mais uma experiência que vai agregar ao processo de formação identitária dos alunos. Durante a apresentação da banda eles tiveram espaço para se expressar, representando suas culturas sendo elas indígenas ou urbanas. Para esse momento trouxeram histórias, artefatos, objetos, palavras indígenas, lembranças e outras coisas que fizeram parte de suas histórias.

A Selva Madre, banda manauara (Figura 5), é uma das vozes mais autênticas do cenário independente da Região Norte, foi o grupo convidado para esse momento de socialização das práticas culturais dos alunos. A banda destila uma sonoridade que batizaram de tropical e psicodélica, onde a guitarrada e o carimbó encontram o rock, o reggae e o ska, unindo a herança rítmica da floresta com a energia urbana.

Idealizada pelo guitarrista e produtor Agostinho Guerreiro (ex-Ayuhuasca) e acompanhada pelo baterista Léo Pimentel, e o baixista Warllison Barbosa (o professor da turma, pesquisador e mediador do evento), a Selva Madre transforma a tradição nortista em uma experiência contemporânea. O som do "tremendão" — a guitarra com efeitos típicos da música paraense e amazonense — é o fio condutor de um trabalho que transita entre o balanço regional e a distorção global.

Figura 5: Socialização de Práticas Culturais na escola com a banda Selva Madre



Fonte: Autor

Como músico da banda e professor/pesquisador desta dissertação, pude expor a minha prática cultural para além da sala de aula de artes, promovendo a curiosidade dos alunos, proporcionando a participação da atividade, compartilhando as suas respectivas práticas culturais indígenas e não indígenas.

Nesse momento, os alunos da turma (Figuras 6 e 7) se sentiram acolhidos e com liberdade para se expressar, com respeito e alegria. Alguns alunos de etnias indígenas trouxeram miçangas, artesanatos entre outros objetos. Uma aluna descendente da etnia Mura pesquisou entre sua família como cumprimentar seus colegas de classe na língua mura e compartilhou esse aprendizado com turma.

Figura 6: Alunos da turma 7° ano B durante a Socialização de Práticas Culturais



Fonte: Autor

A aluna peruana trouxe uma camiseta de um time de futebol peruano que seu pai utilizava, e compartilhou com saudades e lágrimas nos olhos essa lembrança de uma prática cultural que viveu seu pai antes de sua família vir morar em Manaus. Uma aluna com ancestrais de Codajás compartilhou o desejo de trazer açaí da sua cidade, pelo fato de esse fruto fazer parte de sua vida. Infelizmente ela não conseguiu, mas fez questão de compartilhar algumas histórias sobre a relação da sua família com o fruto. Outro aluno manauara pediu para cantar uma música junto com a banda para realizar o desejo de cantar em um palco com uma banda. Todos expuseram práticas culturais, memórias, experiências de vida de forma aberta e confortável, com liberdade. Em nenhum momento houve desrespeito ou preconceito entre eles nesse momento.

Essa ação demonstrou para a pesquisa que a escola pode se tornar um espaço saudável de diálogos entre culturas diferentes quando a gestão entende as necessidades de seus alunos e age em favor da diversidade cultural, criando no ambiente escolar espaços de aprendizado e afetividades pautado pelas vivências e experiências que os alunos deveriam experimentar de forma cotidiana, e não pontualmente em poucos eventos específicos.

Figura 7: Alunos se apresentando durante a Socialização de Práticas Culturais



Fonte: Autor

As atividades propostas, especialmente as rodas de conversa, a valorização de elementos culturais e a aproximação com a língua Sateré-Mawé, possibilitaram a emergência de experiências educativas ancoradas no reconhecimento da diversidade cultural, promovendo, ainda que de forma inicial, processos de ressignificação identitária entre os estudantes.

Sob a perspectiva de cultura enquanto sistema de significados, conforme propõe Geertz (1989), as práticas desenvolvidas ultrapassam a dimensão instrumental do ensino, configurando-se como espaços de produção simbólica nos quais os sujeitos atribuem sentido às suas experiências. Nesse contexto, a escola deixa de ser apenas um local de transmissão de conteúdos para se constituir como um espaço de negociação cultural. Os dados evidenciam que os estudantes indígenas, ao se perceberem representados nas atividades, demonstraram maior

engajamento e participação, indicando que o reconhecimento cultural atua como elemento central no processo educativo.

No entanto, essa potencialidade encontra limites significativos quando confrontada com a estrutura escolar vigente. A ausência de uma abordagem sistemática da interculturalidade no currículo evidencia uma fragilidade recorrente nas instituições educacionais: a dificuldade de incorporar a diversidade cultural como princípio estruturante das práticas pedagógicas. Nesse sentido, as ações desenvolvidas, embora relevantes, permanecem circunscritas a iniciativas pontuais, não sendo incorporadas de forma contínua ao projeto pedagógico da escola.

Observou-se fragilidades no âmbito da gestão escolar que refletem na ausência de ações institucionais que sustentem práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade cultural, o que contribui para a descontinuidade das atividades desenvolvidas. A escola, ao priorizar demandas administrativas e avaliações externas, acaba por restringir o espaço para práticas inovadoras, reforçando uma lógica educacional centrada em resultados quantitativos. Essa realidade evidencia a dificuldade de implementação de propostas pedagógicas que rompam com o modelo tradicional de ensino.

As falas dos estudantes indígenas do 9° ano em 2025 revelam uma demanda explícita por maior valorização cultural por parte da escola. Quando questionados sobre o que a instituição poderia fazer, respostas como “criar espaços para os indígenas se reunirem” e “ensinar línguas, artesanato, costumes e cultura indígena” indicam a necessidade de ações concretas e contínuas. De forma recorrente, os estudantes apontam o diálogo, a visibilidade e o ensino de elementos culturais como estratégias fundamentais para o fortalecimento identitário.

Essas demandas dialogam diretamente com as ações metodológicas desenvolvidas na pesquisa. A atividade de socialização de práticas culturais, por exemplo, na qual os alunos trouxeram artefatos, objetos e elementos de suas etnias, revelou-se um momento significativo de valorização cultural. A apresentação de itens como cocares, artesanatos e alimentos tradicionais possibilitou a construção de um espaço de troca de saberes, no qual os estudantes puderam se reconhecer como sujeitos culturais ativos

Outro entrave identificado refere-se à formação docente. A trajetória do professor-pesquisador evidencia lacunas significativas na formação inicial,

especialmente no que diz respeito à abordagem das culturas indígenas e à compreensão das especificidades socioculturais da região amazônica. Essa insuficiência formativa evidencia um descompasso entre os conhecimentos acadêmicos e as demandas concretas da prática pedagógica, exigindo do docente a construção autônoma de estratégias de ensino. Tal cenário reforça a análise de que os processos formativos ainda não contemplam de maneira adequada a diversidade cultural presente nas escolas, o que compromete a atuação docente em contextos interculturais.

Essa lacuna está diretamente relacionada à lógica de reprodução cultural presente no sistema educacional. De acordo com Bourdieu e Passeron (2014), a escola atua como um espaço de legitimação de determinados saberes, em detrimento de outros, considerados menos relevantes ou não científicos. Nesse contexto, os conhecimentos indígenas são frequentemente marginalizados, o que dificulta sua inserção efetiva no currículo e impacta a formação dos professores.

Tal realidade confirma a crítica de Barbosa e Aguiar (2020), ao apontarem que a ausência de contextualização cultural no ensino de conteúdos indígenas pode resultar em esvaziamento simbólico. Além disso, evidencia-se que a formação docente ainda se ancora em paradigmas eurocêntricos, pouco sensíveis à diversidade cultural presente nas escolas, especialmente em territórios indígenas urbanos como o Parque das Tribos.

Os resultados evidenciam que a ausência de preparo específico para atuar em contextos interculturais constitui um dos principais entraves para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais efetivas. A necessidade de construir estratégias de ensino a partir da experiência prática revela lacunas na formação inicial, que não contempla de forma adequada a diversidade cultural presente nas escolas amazônicas. Apesar dessas limitações, as ações idealizadas e desenvolvidas pelo professor - pesquisador demonstram potencial transformador. A ampliação do diálogo, o reconhecimento das identidades culturais e o engajamento dos estudantes indicam que práticas pedagógicas interculturais podem contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva.

No que se refere aos estudantes, a análise dos dados revela dificuldades nos processos de auto identificação étnica, especialmente entre aqueles que não conseguem reconhecer ou afirmar sua pertença indígena. Esse fenômeno pode ser

compreendido à luz do conceito de violência simbólica, desenvolvido por Bourdieu (2012), que se manifesta quando os sujeitos internalizam valores e hierarquias que desvalorizam suas próprias referências culturais. Nesse sentido, a negação ou o desconhecimento da identidade indígena não deve ser interpretado como ausência de pertencimento, mas como resultado de processos históricos de invisibilização.

Em contrapartida, as práticas desenvolvidas ao longo da pesquisa indicam que a escola pode atuar como espaço de ressignificação dessas identidades. Ao promover o diálogo e a valorização das experiências culturais dos estudantes, as atividades contribuíram para a construção de um ambiente mais inclusivo, no qual os sujeitos se sentiram mais à vontade para expressar suas vivências. Percebe-se que a escola possui um papel fundamental na mediação das relações culturais, podendo contribuir para a construção de uma educação mais democrática e plural.

É necessário destacar que a abordagem das culturas indígenas no ambiente escolar exige cuidado para evitar processos de superficialização. Mattar (2021) alerta que a inserção dessas temáticas de forma pontual pode resultar em práticas que reforçam estereótipos, ao invés de promover uma compreensão crítica e contextualizada. Nesse sentido, a pesquisa buscou desenvolver ações que valorizassem o protagonismo dos estudantes, embora limitada pelas condições institucionais.

A questão linguística se apresenta como um elemento central na análise dos resultados. A ausência do uso das línguas indígenas entre os estudantes evidencia um processo de enfraquecimento cultural, que impacta diretamente a transmissão de saberes tradicionais. A introdução da língua Sateré-Mawé nas atividades revelou-se uma estratégia significativa de reconexão com a identidade cultural, ainda que realizada de forma inicial e pontual.

A participação do aluno indígena e de seu familiar, ao compartilhar palavras e expressões da língua, despertou o interesse da turma e promoveu um ambiente de aprendizagem intercultural. Esse dado encontra respaldo nas falas dos próprios estudantes, que reconhecem a importância da língua, ainda que a maioria afirme não que não conhecem ou não dominam, conforme relatado por estudantes do 9° ano entrevistados 2025 que afirmam que não falam a língua, mas demonstram interesse em aprender.

Por fim, os resultados indicam que a efetivação de práticas culturais indígenas no contexto escolar depende de transformações que ultrapassam a atuação individual do professor. A valorização da diversidade cultural requer não apenas mudanças nas práticas pedagógicas, mas a reformulação dos processos formativos e o fortalecimento de políticas institucionais que garantam a continuidade dessas ações. Conforme apontado ao longo da análise, a ausência desses elementos tende a limitar o alcance das iniciativas, mantendo-as no campo da excepcionalidade.

Dessa forma, concluímos que, embora a pesquisa tenha evidenciado avanços importantes na valorização das práticas culturais indígenas, sua consolidação exige o comprometimento coletivo da instituição escolar. A construção de uma educação intercultural demanda o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do processo educativo, o que implica repensar as bases que estruturam o ensino, a formação docente e a gestão escolar.

Conforme argumenta Krenak (2022), pensar a educação em contextos plurais exige deslocar-se de uma lógica homogeneizadora para uma perspectiva que reconheça a diversidade como fundamento da existência humana. Isso implica repensar não apenas as práticas em sala de aula, mas as próprias estruturas que sustentam o sistema educacional em várias instâncias, desde o ensino básico a instituições de ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC (BRASIL, 2018) estipula que o professor de Arte deve estar habilitado para trabalhar com diversidade cultural — incluindo saberes indígenas e afro-brasileiros — de forma integrada às práticas artísticas em sala de aula. No âmbito da educação musical, isso implica que futuros docentes desenvolvam repertórios, práticas e concepções pedagógicas que reconheçam, valorizem e articulem saberes musicais tradicionais e contemporâneos de povos originários, em diálogo com demais expressões culturais e práticas educativas.

É preciso conhecer mais sobre os povos indígenas para saber como planejar e aplicar o ensino de arte para as crianças indígenas e ter ferramentas que ajudem a desenvolver aulas eficazes e significativas. Sob esta ótica, ressaltamos que o currículo de graduação dos cursos de licenciatura em música tem sido pouco eficaz em preparar professores para esse tipo de situação específica, que seja em âmbito local ou nacional.

Para fomentar esse fato, citamos a pesquisa apresentada por Silva e Galdino (2025) no XXVII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), que analisou as matrizes curriculares e Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de licenciaturas em música no Brasil (Silva; Galdino, 2025). As autoras evidenciaram que instituições como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por exemplo, mencionam a temática indígena em disciplinas como “Cultura Brasileira”, indicando uma atenção formal à Lei 11.645/2008, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Os dados levantados apontam que essa inclusão ainda é incipiente e limitada: embora exista a menção à cultura indígena, a presença de conteúdos específicos que explorem musicalidades indígenas locais, práticas sonoras tradicionais ou epistemologias musicais originárias ainda não é sistemática e aprofundada na grade curricular. A inclusão costuma ocorrer de forma transversal ou como parte de disciplinas mais amplas, em vez de constituir módulos ou eixos temáticos estruturantes do curso.

Queiroz (2019, p. 184) destaca que a função dos intérpretes da cultura, no nosso caso os professores ou pesquisadores, é buscar o significado intrínseco a cada cultura e não ditar as diretrizes de como um universo cultural e/ou as práticas de ensino deveriam ser. Estar inserido em uma escola com um grande fluxo de culturas

distintas transitando dentro de um mesmo ambiente escolar traz a necessidade de ter uma proposta de ensino que considere a pluralidade de práticas culturais existentes, para estabelecer os diálogos necessários com os mundos e as expressões que constituem os espaços sociais em que as propostas pedagógicas se inserem. Estas propostas devem priorizar a formação cultural dos alunos, para que estes possam receber o ensino de música e artes de forma eficaz e mais significativa.

É possível sugerir que pesquisadores que vivem essa experiência de ensinar arte em contextos multiétnicos possam contribuir para a situação, compartilhando experiências e suas metodologias utilizadas em seus ambientes de trabalho. As universidades podem e deveriam se apropriar de pesquisas dessa categoria para que possam auxiliar os futuros arte-educadores a ampliar seus conhecimentos sobre culturas indígenas e prepará-los para ambientes escolares com essas características.

Para além do ensino de arte, podemos extrair das ações desta pesquisa um pequeno roteiro de ações que podem guiar os futuros professores sobre como atuar em escolar com alunos indígenas urbanos, que pode ser compartilhado com alunos dos cursos de licenciaturas dos diversos campos de conhecimento, sendo um auxílio para que pode atender de forma mais ampla educadores de outros campos de conhecimento.

Assim como as instituições de ensino superior precisam ampliar o ensino de conteúdos específicos sobre culturas indígenas locais, é preciso que a escola inserida em uma comunidade indígena reveja sua condição enquanto ambiente escolar. Uma escola que recebe alunos de vários grupos culturais distintos precisa fomentar o diálogo e promover mais ações que valorizem a igualdade e a diversidade.

Para Baniwa (2019, p.91), o diálogo entre os conhecimentos indígenas e os conhecimentos científicos deve ocorrer a partir de uma perspectiva complementar, e não de hierarquização entre saberes. Segundo o autor, “estamos falando de uma lógica de complementariedade de conhecimentos, saberes, cosmologias e epistemologias, própria da racionalidade ontológica dos povos ameríndios.”

Essa compreensão contribui para repensar o ensino de arte em contextos interculturais, pois permite reconhecer que as produções artísticas indígenas expressam modos próprios de compreender o mundo, o território, a espiritualidade e as relações sociais. Assim, ao incorporar essas práticas no ambiente escolar, a

educação contribui para a valorização das epistemologias indígenas e para o fortalecimento das identidades culturais dos estudantes.

O diálogo respeitoso entre as culturas que dividem o mesmo ambiente escolar vai estabelecer uma forma diferente de ensino de música e artes, por serem propostas educativas que visam não só perpetuar as culturas existentes, mas transformar elementos de ambas as culturas, estabelecendo novos saberes, novas metodologias e novos rumos para a prática cultural. (Queiroz, p. 177) É fundamental que haja esse respeito mútuo entre as culturas, para que novas propostas de ensino possam surgir a partir de elementos culturais e saberes distintos que se complementam.

Porém, observamos a falta desse diálogo respeitoso entre as diferentes culturas presentes na Escola Municipal Santa Rosa II, quando temos dados que mostram um número significativo de alunos descendentes dos povos originários estão perdendo a conexão com a herança indígena que vem da família em detrimento da rotina escolar em um ambiente que silencia aos poucos os costumes e a cultura de um grupo social.

De acordo com as entrevistas, observamos que dentre os 11 (onze) alunos da Escola Santa Rosa II que se autodeclaram como indígenas na turma do 9° ano A, somente 8 (oito) afirmaram se declarar indígenas abertamente no ambiente escolar, enquanto os demais o fazem de forma parcial ou optam pelo silêncio. Esse dado evidencia que a presença numérica não se converte automaticamente em reconhecimento institucional, mostrando que a ausência de práticas interculturais estruturadas contribui para que os estudantes indígenas não se sintam legitimados a afirmar publicamente sua identidade no espaço escolar.

Por outro lado, os dados obtidos das entrevistas revelaram ainda que, embora os 11 (onze) estudantes entrevistados se reconheçam como indígenas ou descendentes, 5 (cinco) não sabem identificar sua etnia. Esse resultado indica um pertencimento identitário fragilizado, marcado por apagamentos simbólicos e históricos.

A dificuldade dos estudantes em nomear sua etnia revela a interiorização de um habitus no qual os saberes indígenas não são reconhecidos como capital cultural legítimo. Trata-se de um processo definido por Bourdieu (2012, p. 12) como uma violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento.

Os dados ainda indicam que, embora cerca de 30% da turma do 9° A seja composta por estudantes indígenas ou descendentes, esses sujeitos vivenciam processos de silenciamento, apagamento linguístico e baixa valorização institucional. Ao mesmo tempo, suas falas revelam desejo de reconhecimento e valorização cultural. Assim, a análise evidencia a urgência de práticas pedagógicas interculturais e decoloniais na Escola Municipal Santa Rosa II que rompam com a monocultura do saber e reconheçam os estudantes indígenas como sujeitos históricos, culturais e epistemológicos.

As ações pedagógicas desenvolvidas nesta pesquisa mostram que é possível tornar a escola um ambiente que acolhe as diferentes culturas e que abraça a diversidade com igualdade e de forma respeitosa. Entretanto, percebe-se o foco da gestão escolar em outras especificidades mais alinhadas com metas quantitativas e pedagógicas estabelecidas pelas instâncias superiores a escola que comprometem o desenvolvimento dessas ações.

A sala de aula se estabeleceu como um fator fundamental para esta pesquisa, uma vez que as atividades de ensino desenvolvidas e as experiências vividas fazem parte do cotidiano de cada aluno, transformando a maneira de pensar e instigando a novas concepções sobre a sua comunidade e como esta influencia nas práticas culturais.

Através da situação vivenciada pelos 11 (onze) estudantes indígenas em uma turma majoritariamente não indígena, por exemplo, concordamos com Daniel Munduruku, quando este afirma que o indígena urbano vive em constante processo de reafirmação identitária em espaços que insistem em negá-lo (Munduruku, 2017). As falas dos estudantes revelam essa condição de fronteira, na qual a identidade indígena é reconhecida no âmbito familiar, mas fragilizada no espaço escolar, especialmente pela ausência de conteúdos e práticas pedagógicas que dialoguem com suas referências culturais.

Analisando especificamente o cotidiano da sala de aula, Souza (2000) afirma que, do ponto de vista social das ciências sociais, pode ser visto como um lugar social de processos e de crenças. O ambiente escolar é o local de achar sentido comunicativo e interativo, nos quais os alunos constroem suas identidades sociais,

onde “realizam-se as interações sociais e se reconhecem processos intersubjetivos como sua parte essencial.” (Souza, 2000, p. 28).

Na perspectiva de Candau (2002), a identidade cultural constitui-se como um processo histórico, relacional e dinâmico, produzido nas interações entre sujeitos, grupos sociais e instituições, sendo atravessado por disputas simbólicas e relações de poder. Tal compreensão é fundamental para analisar contextos educativos marcados pela diversidade cultural que envolvem comunidades indígenas em contexto urbano.

Assim, durante o processo de formação das crianças, Souza (2000) orienta que os trabalhos fundamentados nas sociologias do cotidiano contemplem o domínio das ações individuais, rotineiras e não organizadas como fatos sociais, situando-as em seu ambiente institucional simbólico. “A prioridade está no efêmero, no contingente, no fragmento, no relato, no múltiplo, no sujeito, e não no permanente, no coletivo ou conjunto.” (Souza 2000, p. 36).

Concordamos com Souza (2000) quando esta afirma que as concepções didáticas apoiadas no cotidiano como paradigma teórico buscam uma aproximação da aula ministrada com a realidade sociocultural ou com o ‘mundo vivido’ (Souza, 2000, p. 35). Isso remete a uma necessidade de entender o cotidiano dos alunos em sala de aula, e o entorno desse ambiente, na comunidade fora da escola, nas casas das famílias das crianças.

É nesse sentido que o conceito de interculturalidade, desenvolvido por Candau (2006), assume centralidade analítica. Para a autora, a interculturalidade vai além da coexistência de culturas distintas, pois pressupõe diálogo, interação, reconhecimento das desigualdades históricas e transformação das relações de poder (Candau; Koff, 2006). Trata-se de uma perspectiva política e pedagógica que questiona a hierarquização dos saberes e propõe a valorização dos conhecimentos produzidos por grupos historicamente marginalizados.

No âmbito das políticas de educação escolar indígena, a interculturalidade constitui um princípio fundamental, articulando-se à garantia do direito à diferença, ao uso das línguas maternas e à valorização das práticas culturais próprias de cada povo. No entanto, no contexto urbano, essas políticas ainda enfrentam desafios significativos, especialmente quando os estudantes indígenas estão inseridos em

escolas regulares não indígenas. Nessas situações, a interculturalidade precisa ser incorporada como eixo estruturante do projeto pedagógico, e não como ação pontual.

Para uma reestruturação do projeto pedagógico nessa proporção se faz necessário repensar as estruturas que estão além da Escola Santa Rosa II. A Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED) é a instância que orienta as diretrizes e estabelece os parâmetros do projeto pedagógico que gestores implementam nas unidades de ensino. Então acredita-se que as mudanças precisam partir dessa instância, e posteriormente aplicada nas escolas.

Analisando as formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus no ano de 2025, percebe-se a existência de uma política institucional estruturada, voltada à qualificação docente e à melhoria dos processos de ensino-aprendizagem na educação básica. De acordo com documentos oficiais da própria secretaria, a política de formação continuada é organizada por meio de programas, projetos e ações formativas desenvolvidas em serviço, com o objetivo de atender às demandas pedagógicas da rede municipal (MANAUS, 2025a).

Do ponto de vista temático, as formações priorizam conteúdos relacionados a tecnologias educacionais, avaliação da aprendizagem, inclusão escolar, gestão pedagógica e desenvolvimento profissional docente. Esses eixos refletem uma orientação voltada para a melhoria dos indicadores educacionais e para o fortalecimento das competências pedagógicas dos professores da rede municipal.

Entretanto, ao analisar a presença da dimensão intercultural — especialmente no que se refere às culturas indígenas — verifica-se uma baixa incidência temática nas formações ofertadas. Entre os cursos identificados, apenas aqueles vinculados à educação escolar indígena abordam diretamente aspectos como práticas culturais, valorização linguística e produção de materiais didáticos específicos para contextos indígenas (MANAUS, 2025b).

Essa constatação se torna ainda mais significativa quando articulada ao próprio planejamento institucional da secretaria, que reconhece a necessidade de “apoiar projetos de interculturalidade nas escolas voltadas aos indígenas e quilombolas, como meta a ser ampliada até 2028.” (MANAUS, 2025 c) .Tal diretriz indica que, embora a interculturalidade esteja prevista no plano estratégico, sua materialização nas formações ainda se apresenta em estágio inicial ou incipiente.

Embora reconheçamos que a SEMED – Manaus oferece suporte formativo consistente em termos pedagógicos gerais, não se pode afirmar que tal política seja suficiente para sustentar, de maneira estruturante, o diálogo intercultural em escolas multiétnicas. A ausência de abordagem transversal da interculturalidade e a baixa incidência de formações voltadas especificamente às culturas indígenas indicam limitações importantes dessa política.

Com a SEMED – Manaus limitada no aprofundamento intercultural, especialmente no que se refere às culturas indígenas, configura-se um cenário que reforça a compreensão de que o desenvolvimento de práticas interculturais nas escolas tem existido, em grande medida, graças a iniciativas locais de professores e comunidades, e não de uma política formativa sistemática e transversalizada no âmbito da rede municipal.

Para o Parque das Tribos, uma proposta de educação intercultural crítica implica reconhecer as línguas indígenas, as práticas artísticas, musicais e os modos próprios de transmissão de saberes como conhecimentos legítimos, capazes de dialogar com os conteúdos previstos pela BNCC. Isso demanda a participação ativa das comunidades indígenas na construção do currículo, bem como a formação de professores sensíveis às questões culturais, linguísticas e políticas que atravessam a educação indígena urbana, de acordo com Candau e Moreira (2008).

Nesse sentido, a perspectiva da interculturalidade crítica oferece importantes contribuições para a análise do ensino de música em contextos indígenas urbanos. Para Candau (2012) a interculturalidade não se limita ao reconhecimento superficial das diferenças culturais, mas implica o questionamento das hierarquias que historicamente subalternizam determinados grupos sociais (Candau, 2012). Aplicada ao ensino de música, essa abordagem exige que as práticas pedagógicas considerem os repertórios musicais indígenas como conhecimentos legítimos, articulando-os às orientações da BNCC de forma contextualizada e crítica.

Para Walsh (2005), a interculturalidade crítica diferencia-se das abordagens multiculturais ou funcionais da diversidade, que se limitam à valorização simbólica das diferenças culturais sem enfrentar as desigualdades estruturais que atravessam as relações entre os grupos sociais. Para a autora, a interculturalidade crítica parte do reconhecimento das assimetrias de poder produzidas pela colonialidade e propõe um diálogo intercultural orientado pela justiça cognitiva.

Aplicada ao contexto do Parque das Tribos, essa perspectiva de Walsh (2005) permite compreender a escola como um espaço de disputa entre projetos de conhecimento. A interculturalidade crítica não se restringe à celebração da diversidade étnica presente no território, mas exige a revisão das práticas pedagógicas, dos currículos e das formas de avaliação, de modo que os saberes indígenas — incluindo a oralidade, a musicalidade, as narrativas míticas, as práticas rituais e a relação com a natureza — sejam reconhecidos como constitutivos do processo educativo.

Por tanto, faz-se necessário dar continuidade a atividades que instiguem o diálogo respeitoso entre alunos de etnias indígenas e os não indígenas, uma vez que estes dividem o mesmo espaço físico e precisam conviver com o diferente em seu cotidiano. Acredita-se que através dessa rotina, as práticas culturais diferentes se tornem comuns, e consequentemente, as práticas artísticas e musicais de indígenas e brancos possam transitar entre si no ambiente escolar sem preconceitos, estereótipos negativos, exclusão, ou qualquer outro que inferiorize qualquer uma das culturas. A educação indígena urbana no Parque das Tribos pode ser compreendida como um campo de re-existência, no qual os povos indígenas afirmam suas identidades e produzem conhecimentos mesmo em contextos marcados pela colonialidade.

Souza (2000) afirma que a educação procura dentro da organização do mundo institucional tornar ‘experenciável’ as inúmeras possibilidades da experiência cotidiana. (Souza 2000, p. 37). Proporcionar através das aulas um ambiente de trocas culturais para que as experiências contribuam para a formação das crianças, para o crescimento musical e pessoal.

A atuação ética do pesquisador implica reconhecer que sua descrição é sempre uma “interpretação de interpretações” (Geertz, 1989, p. 12), e que sua tarefa não é falar por uma cultura, mas conversar com ela, em um esforço de alargamento do “universo do discurso humano” (Geertz, 1989, p. 10).

Nesse contexto onde a cultura é entendida como um sistema de significados socialmente construídos, a concepção antropológica de Geertz (1989) compreende a música como prática cultural. Essa perspectiva possibilita compreender os cantos, ritmos e performances indígenas não apenas como expressões artísticas, mas como formas de produção de sentido, memória e pertencimento. No Parque das Tribos,

onde convivem diferentes etnias em contexto urbano, o trabalho pedagógico com a música pode favorecer o reconhecimento da pluralidade cultural e o fortalecimento das identidades indígenas no espaço escolar.

Walsh (2013; 2023) traz o conceito de “reexistências” para designar práticas que não apenas resistem à colonialidade, mas produzem modos outros de existir, aprender e educar. No Parque das Tribos, tais reexistências se manifestam na manutenção das línguas indígenas, nas práticas culturais comunitárias, nas ações educativas promovidas por lideranças indígenas e em iniciativas que articulam educação, cultura e território.

Essa perspectiva é aprofundada quando se defende a interculturalidade como projeto decolonial. Para Walsh (2009), é necessário enfrentar a colonialidade do saber presente nos currículos escolares, promovendo práticas pedagógicas que reconheçam os conhecimentos produzidos por povos historicamente subalternizados. No ensino de música no Parque das Tribos, tal abordagem implica deslocar o foco da formação musical exclusivamente técnica para uma prática educativa que dialogue com os modos indígenas de ensinar, aprender e viver a música.

Ao cruzar esse conceito com a BNCC, torna-se possível propor uma leitura contra hegemônica das competências gerais, reinterpretando-as a partir das experiências indígenas urbanas. Por exemplo, a Competência Geral 1, que enfatiza o uso do conhecimento para compreender a realidade, pode ser ressignificada a partir das cosmologias indígenas, reconhecendo outras formas de leitura do mundo que não se limitam à racionalidade ocidental. Dessa forma, a pedagogia decolonial oferece caminhos para que a BNCC seja apropriada criticamente no contexto do Parque das Tribos, evitando sua aplicação mecânica e promovendo práticas educativas alinhadas às demandas culturais, identitárias e políticas dos povos indígenas urbanos.

REFERÊNCIAS

BLACKING, John. **Música, cultura e experiência**. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 16, p. 201-218. Tradução de André-Kees de Moraes Schouten. Revisão técnica de Daniela do Amaral Alfonsi et al, 2007.

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

BARBOSA, Warllison de Souza; AGUIAR, Márcio Lima de. Práticas musicais indígenas: do esquecimento às contribuições para educação musical. In: MIGLIORINI, Jeanine Mafra (org.). **Reflexões sobre a arte e o seu ensino**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2018. p. 131–138.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BOTELHO, João Bosco; WEIGEL, Valéria Augusta C.M. Comunidade sateré-mawé Y'Apyrehyt: ritual e saúde na periferia urbana de Manaus. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos. Rio de Janeiro, v.18, n.3, jul.-set., p.723-744, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático.** Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (7ª ed.). Edições Câmara, 2012.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar. Rio de Janeiro**: 7 Letras, 2008.

CANDAU, Vera Maria. **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CANDAU Vera Maria; Koff, Adélia Maria Nehme Simão. **Conversas didáticas sobre interculturalidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

CANDAU**,** Vera Maria. Moreira, Antônio Flávio (orgs.) **Multiculturalismo: diferenças culturais práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

CANDAU Vera Maria. **Educação intercultural: entre o universalismo e o relativismo cultural.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: desafios e perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 2016.

ENTREVISTAS com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental. Escola Santa Rosa II. Manaus, 2026. Transcrições de entrevistas semiestruturadas (material empírico da pesquisa).

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FREIRE, Maria do Céu Bessa. **A criança indígena na escola urbana: um desafio intercultural**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral.** Companhia das Letras, 2022.

LIZARDO, B. C. G. S., et al**.** Conflitos territoriais no parque das tribos - Manaus. In ***Anais do XIV ENANPEGE, 2021***. Campina Grande: Realize Editora. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78093. Acesso em: 24/07/2024 19:25.

MANAUS. Secretaria Municipal de Educação. **Gerência de Formação Continuada**. Manaus: SEMED, 2025d. Disponível em: https://ddpm.manaus.am.gov.br/gerencia-de-formacao-continuada/. Acesso em: 18 mar. 2026.

MANAUS. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Setorial da Secretaria Municipal de Educação 2025**. Manaus: SEMED, 2025a. Disponível em: https://www.manaus.am.gov.br/semed/plano-setorial/2025-2/. Acesso em: 18 mar. 2026.

MANAUS. Secretaria Municipal de Educação. **Plano de Governo 2025–2028**. Manaus: Prefeitura de Manaus, 2025c. Disponível em: https://www.manaus.am.gov.br/semed/plano-de-governo/2025-2028/. Acesso em: 18 mar. 2026.

MANAUS. Secretaria Municipal de Educação. **Revista do Plano de Governo – 2º semestre de 2025**. Manaus: Prefeitura de Manaus, 2025b. Disponível em: https://www.manaus.am.gov.br/semed/wp-content/uploads/sites/3/2025/12/Revista-Plano-de-Governo-2025-2o-Semestre.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.

MATTAR, Sumaya. **Acervo de múltiplas vozes: narrativas de experiências com Arte e Educação** (Vol. 1). ECA-USP, 2021.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Traduzido por Anton Carr e Ligia Cardieri, Ubu Editora, 2018.

MEDRADO, Benedito; BERNARDES Jefferson (orgs.). **Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos.** Recife: Editora Universitária, 2009.

MEDRADO. Benedito; GALINDO, Wedna (orgs.). **Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO**. Recife: Editora Universitária, 2011.

MEDRADO, Benedito; PORTELLA, Ana Paula (orgs.). **Homens: sexualidades, direitos e construção da pessoa**. Recife: Editora Universitária, 2004.
Moreira, Marcos Antônio. (1999). Teorias de aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999.

MEIRELES, J. M. R. **O contexto da educação escolar indígena brasileira**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 12, n. 24, p. 396–417, 2020. DOI: 10.14295/rbhcs.v12i24.11205.

MUNDURUKU, Daniel. **Indígena urbano: a cidade como território**. São Paulo: Global, 2017.

MUSTAFA, A. R. **As línguas étnicas no Parque das Tribos em Manaus: um estudo etnolinguístico nos espaços culturais indígenas**. Uka Umbuesara Wakenai Anumarehit e Kokama, Manaus-AM*.* UEA, 2018.

PAULINO, Joilson da Silva. **Relatório Social Parque Das Tribos Tarumã**, 2017.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Indígenas na metrópole: lutas multiétnicas e identidade coletiva na cidade de Manaus (AM)** – s.d.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Educação musical é cultura: nuances para interpretar e (re)pensar a práxis educativo-musical no século XXI**. DEBATES | UNIRIO, n. 18, p.163-191, maio,** 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Ítalo Fernandes da; Galdino, Cristiane Maria de Almeida. Musicalidade indígena nos cursos de licenciatura em música. **Comunicação apresentada no XXVII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM),** 2025.

SOUZA, Jusamara; Adriana BOZZETTO [et al.] **Música, cotidiano e educação**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Música do Instituto de Artes da UFRGS, 2000.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. Editora Cortez: Autores Associados, 1986.

WALSH, Catherine E. **Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad.** Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2005.

WALSH, Catherine E. (org.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine E. **Rising up, living on: re-existences, sowings, and decolonial cracks.** Durham: Duke University Press, 2023.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

( ) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

( ) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

(X) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Evelyn Vital Mesquita

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, _____/_____/_____

ERIVAN FONSECA MESQUITA

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

Mikael da Silva Medeiros

Rubricas _____ (Participante)

_____ (Pesquisador)

(X) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

(X) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

LEANDRO DA SILVA LAMARÃO

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, 07 / 05 / 2026

Mikael da Silva M.

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

Edinalza Pereira Campos

Rubricas _____ (Participante) RAYSSA

_____ (Pesquisador)

(X) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

(X) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Rayssa Evellyn Marques Pereira

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, 07/05/2026

Assinatura do Responsável

Edinéza Pereira Campos

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Rubricas _____ (Participante)

_____ (Pesquisador)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

( ) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

(X) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Manuella dos Santos Brito

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, _____/_____/_____

Milos Monteiro de Brito

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Rubricas _____ (Participante)

_____ (Pesquisador)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

A SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

( ) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Daniel Nicolas de Sousa Fernandes

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, 08/05/26

Cassia de Sousa Fernandes
Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Rubricas _____ (Participante)

_____ (Pesquisador)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

( ) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

( ) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

(X) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Debora Pauline do nascimento melo

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, _____/_____/_____

Alexandra N. Melo

Assinatura do Responsável

_____

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

( ) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

( ) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

(X) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Ana Beatriz Oliveira de Almeida

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, _____/_____/_____

Gleiciane Nascimento

Assinatura do Responsável

_____

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

(X) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

(X) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Manoel Pietro Costa Marinho

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, _____/_____/_____

Rosileide Costa

Assinatura do Responsável

_____

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

( ) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

( ) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Raimisely Rodrigues de Souza

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, _____/_____/_____

Patricia Rodrigues de Souza

Assinatura do Responsável

_____

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

( ) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

( ) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Suellen Simbelly Almeida Müller

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, _____/_____/_____

x Rosalina da Silva Morais

Assinatura do Responsável

_____

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

( ) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

( ) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

(X) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Laura Veras Feitosa

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, _____/_____/_____

Mariana Veras Dos Reis Feitosa

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

( ) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

( ) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

(X) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Anna Júlia Ruiz Barbosa

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, _____/_____/_____

Gleicele da Silva Ruiz

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

(X) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

(X) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Agnes de Souza da Silva

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, _____/_____/_____

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Rubricas _____ (Participante)

_____ (Pesquisador)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

(X) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

(X) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Luís Otávio Alves Lima

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, _____/_____/_____

x Pedro Henrique

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

(X) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

(X) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Nome do(a) participante: Iwon Rodrigues Cardoso

Manaus, AM, ____/____/____

Alcilene Rodrigues Cardoso
Assinatura do Participante

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

_____
Assinatura do Pesquisador Responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

(X) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

(X) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Nome do(a) participante: Wallison Vinicius Martins Costa

Manaus, AM, ____/_____/_____

Wallison da Silva Martins
Assinatura do Participante

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

_____
Assinatura do Pesquisador Responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

(X) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

( ) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Nayanna Castro Sadri

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, _____/_____/_____

Edna Sadri

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

( ) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

( ) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Rosa Judith Kubota Gonçalves

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, _____/_____/_____

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Rubricas _____ (Participante)

_____ (Pesquisador)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

( ) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

( ) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

(x) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Frank Wilson da Silva Moreira

Nome do aluno(a) participante

Manaus, AM, ____/____/____

Eugene da Silva Moreira

Assinatura do Responsável

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Assinatura do Pesquisador

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Práticas Culturais Indígenas na Escola: Diálogos e Aproximações – Uma Experiência na Comunidade Parque das Tribos

Pesquisador Responsável: Warllison de Souza Barbosa

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Curso: Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo compreender e valorizar as práticas culturais indígenas presentes na comunidade Parque das Tribos, no contexto da Escola Municipal Santa Rosa II. Antes de decidir se deseja participar, é importante que você leia atentamente este termo.

1. Como ocorrerá o processo de consentimento

O pesquisador explicará pessoalmente todas as etapas da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos e benefícios, em linguagem clara e acessível. Você poderá fazer perguntas a qualquer momento. Somente após todos os esclarecimentos, e caso concorde voluntariamente, será solicitado o registro do seu consentimento por meio da assinatura deste termo.

2. Procedimentos da pesquisa

Sua participação poderá ocorrer por meio de entrevistas individuais, rodas de conversa coletivas e observação participante durante atividades pedagógicas. As atividades ocorrerão no ambiente escolar, em datas previamente combinadas, com duração aproximada de 40 a 60 minutos.

3. Riscos e desconfortos

Os riscos da pesquisa são mínimos e podem incluir eventual desconforto emocional ao relatar experiências pessoais ou culturais. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Benefícios esperados

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo intercultural, valorização das culturas indígenas no ambiente escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

5. Sigilo, privacidade e confidencialidade

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimo nos registros e publicações. Os dados serão armazenados em arquivos digitais protegidos por senha, acessíveis apenas ao pesquisador responsável.

6. Gravação de voz e/ou imagem

Durante a pesquisa, poderão ser realizadas gravações de áudio e/ou imagem exclusivamente para fins acadêmicos e de análise dos dados.

(X) SIM, autorizo a gravação da minha voz e/ou imagem apenas para fins acadêmicos, sem divulgação pública.

(X) SIM, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz em materiais acadêmicos e científicos.

( ) NÃO, não autorizo a gravação da minha imagem e/ou voz.

7. Custos e ressarcimento

A participação nesta pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro. Caso haja alguma despesa decorrente da participação, esta será devidamente ressarcida pelo pesquisador responsável.

8. Direito de desistência

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo pessoal, escolar ou institucional.

9. Esclarecimentos e contatos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável. Para questões éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM pode ser contatado pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

Declaro que li (ou me foi lido) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compreendi as informações apresentadas e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Nome do(a) participante: Kellemerson dos Santos Tapias

Manaus, AM, ____/____/____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Kelleyene

Rubricas _____ (Participante)

_____ (Pesquisador)